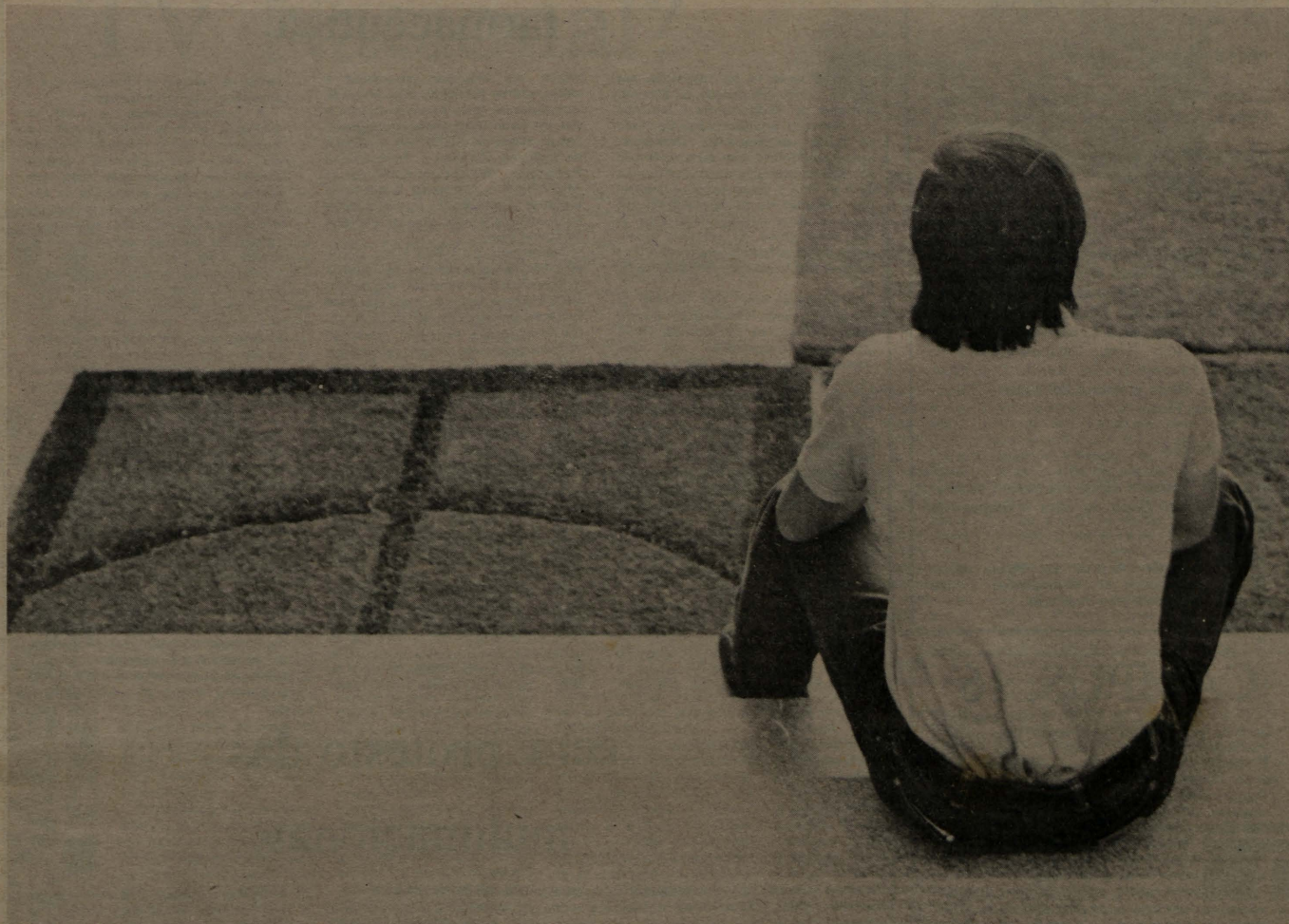


378.4(817.4)05)
PC. 10260300



E agora, formandos? A Universidade Acabou

(Página 6)

Trabalhadores na Luta Contra a Morte

(Pág. 7)

Festa do Divino: Folclore, Turismo e Leilão

(Página 14).

Petróleo, Eterno Risco de um País Cobiçado

(Página 8/9).

CAMPUS

Jornal — Laboratório do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) julho de 1975.

PROFESSORES

Antonio Fausto Neto (Redação) e Newton Diniz de Andrade (Diagramação).

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Antonio de Pádua. F. Gurgel, Aurélio Jacques Batista, Berilo Villaga Vargas, Carly Batista de Aguiar, Carmem Coutinho dos Santos, Celso de Amorim Brito, Dária Maria M. Gonçalves, Davi Emerich, Glória Maria Pinheiro, Ivan Sérgio de A. Santos, José Ribamar Oliveira Jr., Lúcia Farias Ferreira, Luiz Carlos Machado, Marcos Antônio Castro, Maria Luiza de F. Grangeiro, Norma Emídio Rosa, Orestino Gomes de Amorim, Paterson Pereira, Renato Cruz Silva, Vanira da Silva, Vitória Adail Brito e Zuleica Maria Sousa Porto.

FOTOGRAFIA

Heitor de Andrade Silva, Carmem Coutinho Santos, José Claro da Silva e arquivo de Campus.

O conteúdo das matérias não reflete necessariamente a opinião do Departamento e dos professores responsáveis pelas disciplinas.

CAMPUS, 16

O último número do CAMPUS teve uma boa acolhida por parte da comunidade universitária. "SENSACIONAL", "ÓTIMO", "LI DO COMEÇOU AO FIM", "UM DOS MELHORES QUE JÁ SAIU" — foram algumas das opiniões. Outros com maiores preocupações estéticas, elogiaram o bom nível das matérias, mas fizeram restrições à maneira como o jornal foi diagramado. "MUITO PESADO", "POUCAS FOTOS", "FOTOS PEQUENAS". "UM JORNAL PARA SE LER COM LUPA" — foram as críticas.

Uma coisa é certa: o número 15 do CAMPUS representou um salto qualitativo para o jornal, se comparado com as suas edições mais recentes. Isto foi possível devido ao trabalho conjunto dos alunos e professores, nas disciplinas que compõem o BLOCO DE JORNAL (Técnicas de Jornal e Periódicos I e Paginação e Revisão, empenhados desde o início do semestre em reestruturar o BLOCO e, consequentemente, o jornal-laboratório dessas disciplinas. Esse trabalho conjunto abrangeu todas as etapas, desde a definição e planejamento, elaboração de pautas, até a redação e diagramação. O mais importante: a conotação jornalística do CAMPUS No. 15 foi resultado de uma preocupação do Departamento de Comunicação compreendido como o corpo docente e discente — em não exercer a censura prévia ou a autocensura, por considerá-las atividades antididáticas.

E assim, com esse mesmo espírito, a equipe partiu para a realização do CAMPUS No. 16. Mais tarimbados, de posse de uma maior intimidade com os seus instrumentos de trabalho, os alunos não fariam por menos — o próximo número teria que ser melhor.

A presente edição do CAMPUS busca uma maior unidade entre forma e conteúdo, com um melhor uso de fotos e espaço em branco, tornando as matérias mais leves e agradáveis de se ler. No que se refere ao conteúdo, também foi buscada uma coerência, e este gira em torno de três eixos principais: CULTURA BRASILEIRA, onde são abordados os temas memória nacional e festas folclóricas, além de música, teatro, cinema, rádio e televisão; PROBLEMAS NACIONAIS, compreendendo o petróleo e a indústria farmacêutica, migração, subemprego e acidentes do trabalho; COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, com as matérias dos formandos, pós-graduação e a tentativa de humanizar o CAMPUS. E ainda outros assuntos não menos importantes, como a TFP e o jornal Movimento.

Com esta edição, CAMPUS consolida sua nova fase, caracterizada por uma postura analítica e crítica, praticando o experimentalismo a cada número.

Simpósio de indústria farmacêutica

Mesmo antes de sua realização, nos dias 22 a 25 do mês passado, o I Simpósio Nacional de Medicamentos e Indústria Farmacêutica promovido pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, estava sendo visto com certa apreensão por alguns observadores que chamavam a atenção para o pouco tempo disponível para discussão de temas relevantes que inevitavelmente seriam apresentados, já que os objetivos do encontro seriam traçar as linhas básicas para uma política nacional para a indústria farmacêutica do país.

A primeira vista, este objetivo já parecia ambicioso, levando-se em conta o grande número de participantes (1098 inscritos) e principalmente que estes representavam diferentes posições dentro do contexto que envolve a problemática de saúde e de medicamentos no Brasil. Dentre os inscritos encontrava-se um grande número de empresários nacionais e multinacionais, além de médicos, estudantes e parlamentares.

Esperava-se também que houvesse conflitos imensos entre os representantes das indústrias químico-farmacêuticas multinacionais e nacionais. Enquanto a primeira detém cerca de 93% da capacidade industrial do setor no país, a segunda se apodera apenas dos 7% restantes. O que é um disparate.

Um outro ponto em que as duas se colocam frontalmente em desacordo é o sistema de não reconhecimento de patentes adotado pelo Brasil, ainda no governo de Castelo Branco, o que é condenado terminantemente pelas subsi-

diárias das empresas estrangeiras e calorosamente defendido pelos empresários nacionais. Aliás, foram as controvérsias em torno desse ponto que provocaram a criação da CIQUIFAN — Câmara da Indústria Química — Farmacêutica Nacional —, formada por dissidentes da ABIFARMA — Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica —, que reúne as multinacionais e ainda algumas empresas de capital misto.

Basicamente a questão é que o não reconhecimento de patentes, na indústria farmacêutica e de alimentos, vem beneficiar a indústria nacional, já que esta pode encampar processos de fabricação, oriundos do estrangeiro, sem pagar "royalties" aos seus detentores. A medida entretanto vem sendo condenada pelas empresas multinacionais que têm subsidiárias no Brasil, que, segundo denúncias de empresários nacionais, estariam exercendo fortes pressões junto ao governo, no sentido de revogar esta lei e, assim restabelecer o sistema de patentes.

No entanto o simpósio não ofereceu as condições para esse confronto. Ao contrário, a maioria das teses apresentadas seriam pontos comuns tanto à indústria nacional quanto à multinacional, o que provocou uma aliança entre elas. De um modo geral, as teses apresentadas se resumiam em propostas como a redução do número de medicamentos comercializados no país, a proibição de propaganda de remédios em veículos de opinião pública, a estatização da indústria químico-farmacêutica e de todo a assistência médica, como única

forma de resolver as distorções que o atual sistema de saúde apresenta.

A incompatibilidade, a nível de interesses, entre as multinacionais e as nacionais era latente. Um dado fornecido por um funcionário da própria ABIFARMA deixou bem clara esta posição, mostrando a ausência de vínculos formais entre os dois grupos no início do simpósio. Segundo comentou o assessor de imprensa daquela entidade, Emílio Zola, no primeiro dia do encontro, antes de serem instaladas as três comissões, o presidente da ABIFARMA, Ismar de Moura, convocou para uma reunião todos os empresários presentes, quer nacionais, quer multinacionais. Compareceram à reunião o presidente da CIQUEFAN, João Leonel da Silva, e o vice-presidente, Osmar Xavier que, antes de qualquer comentário, afirmaram: "estamos dispostos a condenar qualquer proposta de volta ao sistema de reconhecimento de patentes e os senhores não nos demoverão desse objetivo". Mas o que Ismar de Moura queria era dialogar e traçar uma frente comum de defesa da indústria farmacêutica, seja controlada por capitais externos ou não.

Inicialmente, a ABIFARMA não era favorável a tal idéia. Porém, com o desenrolar do simpósio, como as discussões dos temas apresentados desagradavam aos dois grupos, a aliança sugerida pelo presidente da ABIFARMA realmente se solidificou, culminando com a assinatura de um memorial entre as duas entidades afins e os sindicatos da

gera protesto das multinacionais

clara omissão das multinacionais).

Tão logo terminou o pronunciamento de Fábio Fonseca, a ABIFARMA efetivou seu protesto. Cerca de 15 minutos depois do encerramento do discurso, emitiu uma nota oficial para os jornalistas presentes condenando os termos ressaltados pelo deputado.

Fábio da Fonseca havia afirmado que os diversos países produtores de medicamentos, que detêm em base de oligopólio o mercado brasileiro, introduziram no país até 1973, 1300 fármacos. E que o mais incompreensível de tudo isso é que todas as drogas de uso proibido no país de origem, eram expostas para o sul da Califórnia com o rótulo "Export to south America".

De todas os trabalhos apresentados no simpósio, foi a tese apresentada por estudantes de medicina e química da UnB, a que provocou maior descontentamento aos empresários. No trabalho os estudantes analisaram o papel da indústria farmacêutica no Brasil no contexto de saúde do seu povo, mostrando suas implicações sociais e tentando mostrar bases reais para uma nova reorientação política do setor. "As 18 empresas de maior rendimento são as multinacionais. Em 1973 elas faturaram cerca de R\$ 6,9 bilhões. As matrizes desses laboratórios vendem ao Brasil cerca de 130 matérias primas básicas para a indústria farmacêutica que custam ao país US\$ 200 milhões por ano".

Enrascados os trabalhos, as opiniões se dividiram. Para os empresários multinacionais, o encontro serviu apenas para o "julgamento" da indústria farmacêutica. Para os representantes das indústrias de capital nacional, uma vez que se questões

propostas chegassem a ser efetivadas um dia, os mais prejudicados seriam eles, dada a sua debilidade e portanto, vulnerabilidade econômica. Já em relação aos estudantes (que tiveram grande participação no simpósio e a alguns representantes da classe médica, o encontro foi uma oportunidade de denunciar mais uma vez o poderio e a agressividade das famigeradas multinacionais.

Os parlamentares organizadores do simpósio procuraram não fazer qualquer comentário sobre os resultados obtidos, mas não deixaram de admitir que o melancólico desfecho era inesperado. Por outro lado, algumas pessoas julgaram que o desenrolar do simpósio não foi nada tático. Para eles o que se fazia necessário, no momento atual, era dar todo o apoio às empresas nacionais no sentido de fortalecê-las, em detrimento das multinacionais, e não contestá-las pura e simplesmente.

Entretanto, apesar de toda a controvérsia, pode-se afirmar que o objetivo do simpósio foi atingido. As linhas básicas para uma nova reorientação do setor talvez não tenham sido traçadas formalmente, mas se destacaram nitidamente nos debates, quando se evidenciou, de modo geral, que a iniciativa privada não tem condições de solucionar os graves problemas de saúde do país.

Carly Batista de Aguiar

Aonde vai a TV Nacional?

Renato Cruz Silva

Os episódios que marcaram a passagem de Plínio Marcos por Brasília, depondo na Comissão de Comunicações da Câmara dos Deputados podem, à primeira vista, dar a impressão de que foram fortuitos, coincidentes, mas sem nenhuma ligação. A chegada de Plínio correspondeu a presença de um censor na sala de reuniões, preocupado em retirar da Câmara as gravações de seu depoimento, e de uma senhora bem idosa, e tanto quanto preocupada com a defesa dos bons costumes, de nome Aizira C. Pinto e que se apelidava de jornalista Zizi Leon (pelo menos é como assinava o manifesto de alerta contra "os efeitos corrosivos da imoralidade", cujo agente, deduz-se, seria Plínio Marcos).

Até aí, tais reações não causaram surpresa, pois tudo que se refere à Censura aos espetáculos, filmes e textos, interessa diretamente ao Departamento de Polícia Federal e ao Ministério da Justiça. Por outro lado — o da jornalista (?) Zizi Leon — sempre aparecem, nestes assuntos, os cruzados (haja vista a TFP) em defesa de valores extemporâneos, censurando mais que a própria censura.

O inédito de tudo isto foi o editorial veiculado no programa homônimo, que tem por cronista Edgardo Ericksen. Num combate a Plínio Marcos, que nem o próprio ministro da Justiça considerou correto fazer (pois não o fez), o editorial, que a TV Globo leva aos lares todas as noites, negava a Plínio Marcos a capacidade de falar pelo povo brasileiro (há pessoas que se julgam capazes de falar pelo povo brasileiro... mas este não é o caso do senhor Plínio Marcos...), fazia comparações pouco louváveis à peça "Abajur Lilás" ("... parece mais um cano de esgoto espalhando lodo..."), e por aí afora, destilando adjetivos pouco saudáveis.

O inusitado de tudo isto é que já se passara duas semanas desde a tentativa de Plínio em liberar a peça e do julgamento de jornalistas (proposto pelo ministro da Justiça) que o "Jornal de Brasília" publicou. Por este julgamento, e por não se falar no assunto, desde então, foi que muita gente ficou sem entender tal atitude, e mesmo o porque da escolha de tal tema.

Mas, recapitulemos. Plínio Marcos veio à comissão, assim como várias personalidades desta grande família — a dos comunicadores, das artes, da mensagem — para fornecer, nestes debates, subsídios que facilitem aos deputados discutir e avaliar o projeto do Código Nacional de Telecomunicações, que poderá mudar toda a estrutura legal que rege a concessão de canais, que

determina o tamanho das empresas, enfim que coordena todo o processo de funcionamento dos veículos de comunicação de massa no Brasil, particularmente o rádio e a televisão.

Este código é extremamente importante para a Rede Globo, para Senhor Abravanel (Sílvio Santos), para a Rede Tupi e até para o Jornal do Brasil que tem a concessão de dois canais, mas que até agora não montou um só TV. E todos estão acompanhando de perto o trabalho da Comissão.

Principalmente porque estas modificações prevêem medidas para evitar o gigantismo de determinados grupos que acabam sufocando os concorrentes (É o que se chama de "dumping"). Trará medidas que estimularão a produção de programas regionais, preservando o acervo cultural de cada região e suas características.

As leis atuais já tentam limitar estes fatores mas são constantemente burladas por truques do conhecimento de todos. Os fatos de que temos conhecimento traçam o seguinte quadro: suponhamos que a TV Jagatirica seja uma grande emissora. A TV Mutum, da pacata cidade mineira deseja comprar seu programa. Então faz-se o acordo. E as prováveis cláusulas principais: a TV Mutum só veicula programas da Jagatirica, bem como só a sua publicidade de âmbito nacional, e a TV Jagatirica participa do lucro auferido na publicidade local recolhida pela TV Mutum. Então não existe mais TV Mutum, mas sim a rede Jagatirica de Televisão, que controla tudo, desde o tipo de programa a ser veiculado até a publicidade (ou seja, quem financia). E isto se repete com todas as pequenas emissoras que se interessam pelos programas da rede.

A lei 326/67 determinava o limite máximo de cinco estações geradoras por rede, dispondo que aquelas que tivessem mais geradoras que o previsto, dentro de um prazo estipulado, deveriam se ajustar à situação. Inexplicavelmente, isto ainda não aconteceu. As informações que circulam é que o novo código tem o remédio certo para tudo isto.

Este tipo de situação — o gigantismo das redes — pode interessar de sobremaneira a uma figura muito badalada atualmente: a empresa multinacional.

Vejam os dados: As dez maiores agências de publicidade do país, que controlam 90 por cento do mercado publicitário, são estrangeiras. Seus principais clientes, as multinacionais. Ao fortalecer uma rede de televisão, as agências correm para ela toda a publicidade, valen-

do-se do fato de que ela tem um alcance nacional. Como é apenas uma empresa, é fácil controlá-la, (caso ela fosse rebelde) pois se estabelece tal nível de dependência, tal o comprometimento da emissora, que não há como voltar atrás. Então, o próximo passo será orientar esta emissora para a defesa dos interesses de seus financiadores: as multinacionais.

Qualquer medida no sentido de impedir, ou pelo menos, dificultar esta ação, é perigosa. E precisa ser contida a tempo.

No quadro institucional do país, o que temos? Uma forte corrente de espírito pragmático-nacionalista (que não se confunde com xenofobia), uma comissão parlamentar de inquérito que quer saber exatamente a quantas andam as multinacionais, e uma guerra declarada entre dois grandes órgãos de imprensa: "O Globo" e o "Jornal do Brasil" (TV Globo) e "TV Jornal do Brasil", por assim dizer). E complementando, franca atitude dos pequenos jornais pró-CPI das multinacionais.

A atitude que se espera das multinacionais é que procurem mudar o quadro pelo menos no que respeita à CPI e aos jornais favoráveis, a médio prazo, e a longo — quem sabe? — tentar mudar este espírito pragmático-nacionalista. E uma forma de fazê-lo é através da pressão econômica pela publicidade. O controle do volume publicitário permite acabar com todos os jornais e eleger um para ser o defensor de quem a controla. O resto seria consequência.

Vamos entrar agora no campo das suposições. Imaginemos que a TV Globo, de reconhecido alcance nacional e sem dúvida veículo de grande parte do volume publicitário, esteja para entrar no esquema exposto. A reação imediata do "Jornal do Brasil" seria denunciar este fato até onde o conhecesse, principalmente porque tem os canais, mas não consegue montar a TV. Aí então aparece um editorial como "A TV congelada", onde denuncia o monopólio do mercado publicitário brasileiro.

Antes mesmo, percebendo o perigo das multinacionais, resolve, numa atitude inusitada — pois que era tido como um jornal da situação — atacar o governo na sua política de abertura do mercado ao investidor estrangeiro, criticando o desempenho dos ministros da área econômica, e procurando gerar atrito entre eles.

A Globo, obviamente, contra-ataca com notas na sua coluna social, a princípio, mas busca novos aliados. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (ABERT) escreve carta ao "Jornal do Brasil", criticando severamen-

te. Os jornais noticiam que a carta teria sido escrita nos escritórios da "Rede Globo".

O "Jornal do Brasil" volta a atacar por outros caminhos: noticia a desapropriação do Parque Laje, comprado por uma firma da qual Roberto Marinho é sócio. Desta feita a reação é dupla: carta aberta da firma, sem citar "O Globo" e um editorial deste jornal apresentando detalhes do balanço financeiro do "Jornal do Brasil", que o mostra como empresa deficitária. O "JB" decide entregar o caso a seus advogados, e a questão fica em suspenso, pelo menos a este nível.

Mas enquanto os jornais se digladiam, ou mesmo muito antes, outros setores igualmente interessados agem. No Congresso da ABERT realizado em Brasília, em sua moção, os congressistas pediam que o ministro Quandt de Oliveira apressasse a aprovação, pelo Congresso, do projeto de código que então transitava nos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações. Este projeto era francamente favorável a seus interesses. Mas valeu o bom senso do ministro e de seus assessores, e a coisa mudou de figura.

Então, como não conseguem penetrar no Ministério, tais setores interessados buscam novas áreas. O primeiro alvo: a Câmara, ou propriamente, a Comissão de Comunicações. Seu presidente, deputado Humberto Lucena (MDB-Paraíba) é convidado para entregar o Troféu Imprensa a um dos laureados, que o apresentador Senhor Abravanel, conhecido como Sílvio Santos, promove todos os anos (e com o qual também é laureado, na categoria de melhor apresentador de TV). Neste mesmo programa se cria o quadro "Bom dia sr. ministro", ou "Como vai sr. ministro", ou ainda coisa que o valha. Enfim, todas as personalidades ligadas aos centros de decisão do país são bajuladas, homenageadas e chateadas por estes setores. Tudo, na esperança de que estas autoridades vejam com bons olhos.

O próprio jornal "O Globo", que atacará o MDB dizendo que este propusera um aumento de salário para os militares tentando sua aproximação com a Oposição, na mesma semana, defende um editorial que este aumento seja concedido. Faz isso com que

objetivos? Somente a defesa dos "pobres" militares? Talvez uma tentativa de que estes setores militares — que provavelmente não vêm com bons olhos a ação da empresa — possam reconsiderar suas posições?

Ora, e o Plínio Marcos e a Censura, o que têm a ver com tudo isto? Parece claro. Todos conhecem sobejamente a posição definida da Censura em relação ao trabalho de Plínio Marcos, e vice-versa. Conhece-se também a forte e natural reação dos intelectuais, imprensa, e artistas com relação à censura. São de ambos, posições definidas e sobre as quais não pairam dúvidas.

Então, o episódio Plínio Marcos-Abajur Lilás — Censura, quando grande parte da imprensa condenou a proibição da peça, inclusive no julgamento feito pelos jornalistas do Palácio do Planalto, serviu soberbamente a estes interesses. Defender a censura, de modo indireto — acusando e renegando Plínio Marcos como gênio teatral, comparando-o a um marginal — é um gesto simpático que pode render benefícios. Deve ter sido este o raciocínio, não considerando, evidentemente, o outro lado da questão, ou seja, o Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Federal, e outros setores, que por outros motivos, que não o imperativo legal, concordem com a censura à imprensa, à arte, à expressão cultural.

Basicamente, Plínio Marcos e a Censura foram usados. Todo o episódio foi um pretexto muito bom para servir a outras causas, que não ao impasse liberdade de expressão-censura.

Como dizia meu pai, que não caçava, "neste mato tem coelho".

Aliás, a Censura interessa muito a estes setores, na medida em que a "explicação" para o baixo nível da produção de programas brasileiros é sua ação. Ouve-se muito dizer que "a Censura limita a criatividade, poda o autor, castra a criação", etc., etc., quando talvez possamos entender que a censura contribui para que se possa enfriar cada vez mais enlatados na programação, pois eles não têm preocupação alguma em manter raízes de uma cultura brasileira.

Vide o: "Fantástico, o Show da Vida".



UNION CARBIDE
Computadores
Série I

RE
INDUSTRIA

M
INDUSTRIA

ENGINEERING
Zhuo-hu, An

BASF

INDUSTRIA

INDUSTRIA

INDUSTRIA

INDUSTRIA

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

TRIAL BRASIL

OS NOVOS CAVALEIROS DA VELHA ORDEM

Não Ver,

Não Ouvir,

Não Falar;

Uma Entrevista
Que Não Houve

Numa fria manhã de junho, quatro membros da equipe do "Campus" estiveram na sede (em Brasília) da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Uma casa como as outras da Quadra 706 Sul, com algumas árvores no jardim. Na varanda (protegida em toda a sua extensão frontal por um gradeado), um portão trancado e um quadro de paisagem francesa. Não há campainha.

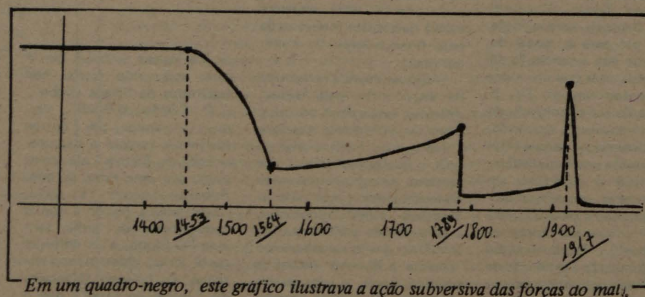
Depois de se bater palmas, apareceu um rapaz de aproximadamente 20 anos, de cabelo raspado e com um distintivo da Congregação Mariana. O grupo se identificou e falou do objetivo de fazer uma entrevista sobre as atividades da TFP em Brasília, mas a conversa foi cortada logo no início pela aproximação de outro habitante da casa.

De cabelo igualmente raspado, trazia sobre o terno cinza, além do distintivo da Congregação Mariana (um pequeno escudo com uma cruz, uma espécie de manto vermelho cobrindo um dos ombros e preso do outro lado por uma heráldica com o símbolo da TFP. Informado sobre a intenção do pessoal, declarou que nenhum dos moradores poderia responder a qualquer espécie de pergunta. Disse ainda que entre eles (naquela casa) ninguém tem autoridade um sobre o outro, mas que havia um responsável, igualmente impedido de se manifestar.

Perguntado sobre a possibilidade de se dar uma olhada nas dependências, respondeu que não são permitidas visitas. Aliás, todo o diálogo foi travado através do portão gradeado, que em nenhum momento foi aberto.

Informou finalmente que, para se conseguir qualquer declaração, entrevista ou autorização para visitar aquelas dependências, seria necessário comunicar-se com São Paulo, mais precisamente com o dr. Paulo Brito, assessor de imprensa e relações públicas da TFP.

A Decadência
do Ocidente Cristão
(Segundo a TFP)



Em 1969, na cidade mineira de Montes Claros, o ex-seminarista Mozart, então com 18 anos, foi convidado a participar das reuniões de um pretenso "clube de jovens", dirigido por um certo Queiroz. Esse Queiroz, sempre com um impecável terno, hospedado no melhor hotel da cidade, era um militante da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, transferido de Belo Horizonte para Montes Claros com a missão específica de arregimentar novos elementos para essa organização. Mozart frequentou por pouco tempo tais reuniões, realizadas no salão da Associação Comercial de Montes Claros, porque, como recém-egresso de um seminário, ousou questionar algumas considerações sobre Nossa Senhora de Fátima sendo posto de lado; mesmo assim, por um período de uns cinco meses foi importunado por eles, que desejavam não apenas salvar a sua alma do Diabo, mas também, diz Mozart, usar os líderes do movimento estudantil para chegar aos secundaristas.

Nas reuniões comandadas pelo Queiroz não entravam mulheres, já que a mulher, para a TFP, é uma ocasião de pecado — vale retro Satanaz! Um rapaz de nome Juscelino, negro, aceitava resignadamente que era inferior aos outros devido à cor de sua pele. Um outro, Paulinho, chegou a um tal grau de fanatismo que seu maior sonho era, um dia, poder apertar a mão de Plínio Corrêa de Oliveira. O tema central de tais reuniões era a história da humanidade, ou melhor, a história da decadência da Civilização Cristã, não por deficiências ou contradições internas, mas provocada

pelo Diabo — em pessoa — e seus legionários.

Para a TFP, a humanidade atingiu seu apogeu durante a Idade Média, quando o Estado Identificava-se com a Igreja. Em seguida vieram a Renascença, o Humanismo, a Reforma, detendo-se esta queda com Contra-Reforma. Com a Contra-Reforma, os jesuítas, a colonização dos trópicos, etc, humanidade foi sofrendo uma melhora gradativa até afundar de vez com a Revolução Francesa. No período seguinte a situação evoluiu muito pouco, devido à ação negativa de hereges como Darwin, Hegel, Marx, Comte, Freud, Einstein e muitos outros.

Em maio de 1917 ocorreu um novo pico, com as aparições de Nossa Senhora em Fátima, Portugal — quando ela teria previsto a guerra e o advento do comunismo — e em outubro do mesmo ano, com a Revolução Russa, o índice tomou a cair bruscamente. Desde então vem rastejando perto do eixo dos "x", e só não cai abaixo de zero devido única e exclusivamente a Nossa Senhora, que não deixa. Os militantes da TFP se definem como "filhos de Maria" — e não de Madalena; de fato, a organização surgiu em 1960, quando os elementos mais retrógrafos da Ação Católica se uniram aos membros da Congregação Mariana, presidida em São Paulo pelo advogado Plínio Corrêa de Oliveira. Desde então, a TFP tem combatido vigorosamente a reforma agrária, o divórcio, a infiltração comunista na Igreja, o governo de Salvador Allende e, ultimamente, a implantação do divórcio no Brasil — em defesa da tradição, da família e (principalmente) da propriedade privada.

Inadaptação
ou Protesto?

Banditismo social? Sociedade secreta? Associação beligerante? Remanescente dos cavaleiros da Idade Média? Fanatismo? Cada uma dessas interrogações poderia ser adequadamente analisada e respondida por especialistas em sociologia, história, psicologia, ou em qualquer das outras áreas do conhecimento. Adotando o ponto de vista da teoria da opinião pública, o professor Adelar Santos Vicenzi, do Departamento de Comunicação, formula a seguinte explicação:

"Seria a TFP um caso típico de fanatismo? Como se sabe, o fanatismo, também denominado opinião intensa, é um conjunto de modos de agir e reagir, cuja atitude fundamental consiste em interpretar a realidade a partir de um ângulo determinado, rígido, que nem só exclui a possibilidade de coexistir com outros pontos de vista como ainda se esforça no sentido de impor sua forma exclusiva de entender o mundo, mesmo quando para isso se torna necessário o emprego de violência. Que implicações terá para o militante fanatismo essa maneira fossilizada de comportar-se em face à realidade? As implicações são penosas, drásticas, e convertem o militante em elemento desagregador, espécie de distorcido mental que impede o livre intercâmbio de idéias e pontos de vista, sumamente necessário — esse intercâmbio — à saúde do corpo social".

Aplicada aos integrantes do movimento TFP, essa formulação contribui para a elaboração do seu perfil psicológico. "Podemos inferir diz o professor Adelar — que esses jovens sofreram verdadeira lavagem cerebral, o que neles provocou o que se denomina "conversão" (mudança repentina de sistema de valores) Ora, a "conversão" indica pura e simplesmente debilidade psíquica. Assim, a lavagem cerebral, que propicia a substituição de valores, desenraizando a pessoa do passado e do mundo afetivo familiar, leva a forma tipificadas de comportamento".

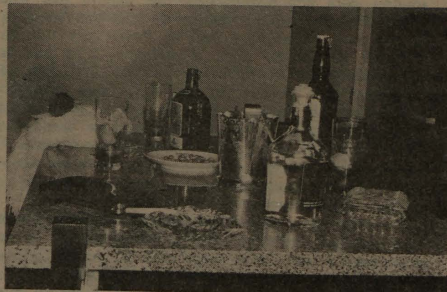
Seria então a TFP um movimento de minorias sociais em conflito ideológico com setores majoritários da sociedade em constante evolução? A pergunta sobre se, ainda de acordo com a teoria da opinião pública, o fenômeno poderia ser considerado como movimento de protesto, o professor Adelar Vicenzi esclarece e conclui: "Puramente".

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA

Tradição,
Família e
Propriedade

Dois estudantes de Comunicação:
 "A vaidade enriquecendo os jornais"
 Jornalistas de Brasília:
 "Quando bem feito, é muito útil"
 Colunista Sheila Costa:
 "É super gostoso!"

O Colunismo Social adquiriu tal importância dentro do jornalismo brasileiro, a ponto de ser considerado indispensável. Hoje, sua validade é por muitos contestada. Fomos ouvir estudantes de Comunicação,



Colunismo Social Contra a Parede

Luiz Gonzaga Soares Dutra Neto

Heitor Andrade e Luiz Dutra, alunos do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, fazem um pequeno ensaio, onde analisam a tônica do colunismo social dentro dos jornais:

"As modernas sociedades industriais podem ser compreendidas principalmente através das características materiais. O homem de hoje vale pela sua roupa, seu carro, sua casa. Os ideais homa os são construídos visando atingir a afirmação social através do sucesso financeiro, ou vice-versa. As próprias instituições sociais levam, em diversos graus, o indivíduo a adotar padrões de comportamento que o identificam com os modelos previamente estabelecidos, o do homem bem sucedido, o do homem que sabe o que quer, o do homem invejado por todos. O importante é distinguir-se da massa, de preferência ser admirado por ela.

Essa abordagem psico-sociológica é necessária para explicar o sucesso das colunas sociais. As colunas representam pelo menos a identificação do homem comum com o bem sucedido. A migração proletária sente-se íntima e, quase confessoria do jet-set; ao mesmo tempo estabelece-se uma competição entre os indivíduos que identificamos dois públicos para as colunas: os "in" e os "out".

Jornalisticamente, uma coluna social é caracterizada pelo escapismo, ou seja, a abordagem de temas absolutamente desnecessários, triviais, que absolutamente nada representam. Em geral escritas levemente, a serem digeridas rapidamente por seus ávidos leitores. Sua permanência nos jornais até os dias de hoje? Perguntem os Departamentos Comerciais. Naturalmente que ninguém compraria um jornal apenas pela coluna social (talvez sim), mas muitos pagariam para aparecer apenas na coluna social, a qual poderia ser definida como "classificados de luxo", estrategicamente redigidos, e mais estrategicamente dirigidos. E mais que isto, muitos homens de jornal vêem o colunismo como mal necessário, pois é através dele que o jornal faz a conserve "amigos" indispensáveis para a sua vida.

Originalmente uma coluna social constituía-se de um amontoado de notícias, com o objetivo único e descarado de promover pessoas de um determinado círculo. Detinham-se a descrição do que estas pessoas estavam fazendo. Um mundo dourado era mostrado. Os coquetéis originavam jantares e boates da moda. "Era o

foie-gras o alcance de todos". As colunas nesta época eram destinadas principalmente às pessoas que dela faziam, e a competição entre estes já se fazia sentir.

Com o tempo, as colunas ampliam-se, a rem-se e com a abertura as notícias para promover pessoas passam a ser disfarçadas com informações que os colunistas chama de interesse nacional. Ai surgem os Ibrahins da vida, e elas passam a tornar-se altamente rentáveis. Conglomerados industriais passam a utilizar-se delas para atingir investidores em potencial. As colunas tornam-se eléticas. Naturalmente que nenhum "anunciante" gostaria de ter sua matéria facilmente identificável como "paga", daí a necessidade do disfarce. Informações são aí desenvolvidas. É a revolução do colunismo social, e com ela surge a figura de Nina Cava, que através das "Linhas Cruzadas", cria um colunismo mais "respeitável". Mas disfarçado. Continua a dizer o mesmo que os demais, apenas utilizando novas técnicas de redação, uma paginação mais dinâmica e fotos artísticas.

Após Nina Cava e Ibrahim Sued nada mais foi feito, os colunistas que se seguiram, ora imitam um ou outro. Sendo bem ou mal sucedidos, conforme quanto grande seja a circulação de seus jornais, assim como suas capacidades de distinguir as pessoas certas e serem "badaladas". Talento? Não é necessário. O que realmente conta são os contatos.

Qualquer notícia pode constar da Coluna Social. A seleção é feita pelo colunista de acordo com os interesses do jornal e com os seus próprios. Criticar alguém, só em último caso. Todos falam categoricamente suas intenções de não prejudicar a ninguém, de bem servir à comunidade, e, incrivelmente, consideram suas colunas transcendentais do ponto de vista sociológico, pois através de suas notas proporcionam uma série de motivos para a conversação, quebrando assim e por assim dizer, o isolamento social.

Hoje, pode-se dizer que o colunismo social está acabando de uma maneira geral, o que temos são "informativos" gerais, sem aquela conotação específica que dominava o setor.

Colunista Sheila Costa, responsável pela coluna "OI", uma página do Correio Braziliense aos domingos totalmente decidida às fofocas, conta a "verdade" sobre o colunismo social:

Como surgiu o colunismo social em Brasília?

"Não estou bem informada. Mas acho que a Katucha foi a primeira a fazer colunismo social em Brasília. Ela começou a escrever desde o primeiro ano do Correio Braziliense. E até hoje Katucha continua fazendo o colunismo que fazia há quinze anos atrás.

Que técnicas usa para obter notícias?

"A mais utilizada por mim era a lista telefônica. Eu tinha um arquivo com o número dos telefones das pessoas mais importantes na diversas áreas. Todo dia eu ligava para certo número dessas pessoas, aquelas que pudessem me dar algum tipo de informação.

Outra fonte de notícias era os meus próprios colegas de trabalho. Como a coluna social pode conter qualquer tipo de notícia e de qualquer área, os próprios jornalistas tinham sempre alguma coisa interessante para me contar, que quase sempre resultava numa boa notícia.

Outra fonte também importante é a das pessoas que têm interesse em aparecer nas colunas. Essas pessoas procuram a gente, mandam convites, telefonam o dia todo. Sempre que eu chegava na redação, tinha mil recados de mil pessoas interessadas em me ajudar".

E seu critério de seleção de notícias?

"Sempre procurei dar notícias leves que não atingissem os outros, a não ser quando tinha uma razão forte para isso. A seleção é mais pessoal. Notícias que me interessavam e que podiam interessar os meus leitores eram sempre as escolhidas. Também dava notícias de interesse, com a preocupação de servir à comunidade. Certa vez fui a Caixa Econômica e fui muito mal atendida. Fiz uma nota metendo o pau. Se eu, uma pessoa de nível razoável fui atendida daquela maneira, imagine um João Ninguém como estava sendo atendido. Uma semana depois, minha mãe foi a Caixa e me contou que estava cheia de avisos: "Qualquer reclamação dirija-se à Gerência". Deu resultado. Eu prestei um serviço à comunidade. Eu sempre penso nos outros, pois se você pensa nos outros, ou outros pensam em você".

As pessoas oferecem "presentes" para aparecer nas colunas?

"Sim, e não são poucas. Eu conheço colunistas aqui de Brasília, não vou dizer os nomes, que recebem dinheiro mensalmente para promover pessoas. Eu nunca recebi dinheiro, apesar de já terem me oferecido, por isso nunca sofri pressão de quem quer que fosse. Na minha coluna só entrava quem eu queria. Recebi muitos presentes, mas todos de pequeno valor: flores, caixas de bombom. Dinheiro nunca. Se o jornal fica sabendo que algum colunista está recebendo dinheiro por fora, manda-o embora na hora. Ao jornal só interessa o que ele próprio fatura".

Por que as pessoas lêem as colunas sociais?

"Não sei. Nunca pensei sobre isso. Posso responder por mim: em leio por que acho super gostoso. As pessoas gostam de saber da vida dos outros, de gozar com a cara dos outros. E são pessoas de todos os níveis que lêem as colunas sociais. Vendedores e motoristas de táxi vivem me parando na rua para saber quando é que vou voltar a escrever".

Quais as tendências atuais do colunismo?

"Como leitora não estou vendo mudança alguma. Poucas pessoas têm condições de inovar alguma coisa no colunismo. Se eu voltasse a escrever, minha coluna não mudaria nada. O pessoal quer saber é de fofoca, é da vida dos outros. As pessoas não pedem inovações".

A que você atribui o atual esvaziamento do colunismo?

"Estão tentando acabar com o colunismo social em Brasília. Pelo menos é o que se vê. O único jornal que ainda dá valor à Coluna Social é o Correio Braziliense. Não sei a quem atribuir isto. Talvez a linha do "Jornal". O colunismo é importante e não deveria acabar nunca. Ele diversifica, informa, principalmente as pessoas de nível cultural mais baixo. Quantas pessoas passam horas agradáveis comentando os assuntos das colunas: a sopa derramou no vestido de Maria, Maria desquitou de João. É tudo super gostoso".

jornalistas e uma colunista social. As opiniões divergem. Os jornalistas ainda relevam a importância do colunismo social como fator de prestígio do jornal, devido aos inúmeros contatos que através dele são realizados. Os alunos de Comunicação vêem o colunismo unicamente como mais uma forma de faturamento das empresas jornalísticas. Já Sheila Costa, ex-colunista social, acha tudo super gostoso. Para ela, o colunismo diversifica e informa, não devendo acabar nunca.

Heitor de Andrade e Silva

Jornalistas brasilienses dão suas opiniões sobre o colunismo social, revelando que, apesar de tudo, ele ainda tem grande influência dentro dos jornais:

JORNALISTA JOSÉ NATAL, 29 ANOS, DEZ NO CORREIO BRAZILIENSE, ASSINA A COLUNA ESPORTIVA "DOIS TOQUES":

"O Colunismo Social, quando bem feito, assume uma importância imensa dentro do jornal. Inúmeras portas são abertas através dele: uma citação à senhora do ministro da Educação, é um contato direto com ele. Embaixadas, autoridades e anunciantes são contatados inúmeras vezes através delas. A vaidade humana existe, aparece nas colunas é uma questão de status".

A linguagem empregada pelos colunistas é bastante artificial, porém eficiente para o tipo de trabalho proposto. Através dela atinge-se mais diretamente as pessoas. É necessário um certo discernimento, deve-se badalar a pessoa certa e da forma certa. Caso contrário, tanto o colunista como o jornal perdem prestígio.

CARLOS CHAGAS, JORNALISTA POLÍTICO HÁ VÁRIOS ANOS E ATUAL DIRETOR DA SUCURSAL DO "ESTADÃO" EM BRASÍLIA:

"Coluna social hoje em dia é um negócio sério. Vejam o Ibrahim Sued, que jornalista excepcional! Sua posição como colunista social lhe garante contatos valiosos, os quais permitem-lhe furar incriveis. As informações que ele obtém são de altíssima qualidade. Acredite que o colunismo social, de uma certa forma, abre as portas do jornal a uma série de contatos, os quais sem dúvida elevam o nível do jornal".

PEDRO CAMPOS, 23 ANOS, EDITOR DE CIDADE DO JORNAL DE BRASÍLIA:

"Dependendo da filosofia do jornal, o colunismo deve existir. O que fazemos atualmente no Jornal de Brasília é o colunismo sem pedantismo. É uma nova forma, não diria que é ideal, mas é uma tentativa de criar-se uma nova imagem do colunismo social. Um colunismo preocupado com política, cultura, lazer, esportes, etc.

Dentro do jornal, a colunista não é considerado colega de redação. Ele prepara suas matérias em casa e as manda, não indo ao jornal por esnobação.

Até a pouco tempo atrás, a nossa coluna social era dentro daquele esquema tradicional. Quem a escrevia era o J. Tavares. Quando resolveram modificar o negócio, transferiram o Tavares para o Departamento Comercial, deve ter sido pelos contatos que ele possuía com os anunciantes.

Pessoalmente, eu sou contra. Acho o colunismo completamente desnecessário. Ele acarreta um envolvimento muito grande com a fonte, o que é extremamente negativo. Depois o colunista não consegue se libertar, tornando-se completamente parcial, o que é exatamente o oposto daquilo que o jornalista deve ser".

JORNALISTA RENATO CRUZ SILVA, EX-REPÓRTER DO DIÁRIO DE BRASÍLIA, 22 ANOS, ATUALMENTE NO JORNAL DE BRASÍLIA:

"Decididamente, o colunismo social, entendido como noticiário de amenidades, jantares, chás beneficentes e pressões no "high society" não tem a mesma repercussão de outrora, quando por exemplo era fantástico sair na coluna do Ibrahim ou da Nina Cava, para citar dois nomes antológicos.

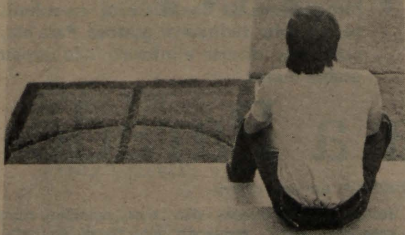
Na verdade, o colunismo social nunca se comprometeu jornalisticamente, a não com as fofocas sociais, a nível de vaidade e orgulho pessoal. Este tipo de colunismo tende a desaparecer por que o núcleo da "high society" está aumentando e dificultando o trabalho dos colunistas. Pelo número de figuras "importantes" seria necessário mais que uma página de jornal.

Evidentemente o colunismo tem mudado. Hoje ele está preocupado com a política, com a economia, com o governo, com os esportes, com a cultura, deixando de ser apenas social (reflexo dos chiques das madames e da vaidade dos gentilemen) para ser uma revista dentro do jornal.

Exemplos disto temos em Zóximo, no Jornal do Brasil, em Carlos Swan, de O Globo, e em Chris, no Jornal de Brasília. Na verdade não são pessoas que apareçam, mas a instituição que representam. O ministro fulano de tal, o presidente da Companhia tal, o embaixador, etc.

Os Formandos na Hora da Verdade

Vitoria Brito



No próximo dia 1o. de agosto os formandos do primeiro período letivo regular de 1975, da Universidade de Brasília, estarão recebendo os seus diplomas. Resultado de vários anos de luta, sacrifícios e dificuldades em busca de ideais e principalmente de melhores condições de vida através de uma especialização oferecida pela universidade.

Mas a luta não termina com o fim das atividades acadêmicas. Para muitos ela começa com o diploma na mão. No momento de conquistar um lugar no mercado competitivo da mão-de-obra especializada.

Muitas vezes esta conquista depende de um importante pré-requisito — "uma boa amizade influente" como disse Herberto Santiago, formando em Agronomia. Carlos Eduardo Monteiro, do curso de Direito, explicou muito bem esta situação dizendo que: em geral o curso de Direito da UnB é muito bom, oferecendo as condições necessárias para se advogar, porém o maior problema é na hora de encontrar emprego. A saída é começar com algum advogado que já tenha um escritório de advocacia. Mas isto só se consegue através de amizades com estes advogados, somente depois é que se terá oportunidade de mostrar realmente a capacidade de trabalho.

A área de Humanidades apresenta maiores problemas que a de Ciência, porque existe um maior número de universidades, principalmente particulares, que também oferecem estes cursos. No caso do curso de Direito, por exemplo, onde a UnB forma por semestre uma média de 15 a 20 alunos irá competir com 600 do CEUB e UDF, disse também Carlos Eduardo.

Desta forma, as perspectivas de trabalho em quase todos os cursos desta área são poucas e mesmo "desesperadora" em alguns casos como bem expressou Jussara França ao falar das oportunidades no seu curso. "A gente sai consciente que Ciências Sociais é um curso de elite. E para quem trabalha é muito difícil sobrepor a isto, pois, mesmo não constando como dedicação integral, ele exige muito tempo para poder acompanhar as leituras de sua ampla bibliografia.

MERCADO

Jussara disse também que o mercado não precisa de tantos sociólogos e antropólogos, não abarcando por isto o grande número existente... Ciências Sociais exige um número reduzido de estudantes, entretanto está sendo dada uma abertura muito grande para este curso. Nestas condições a sua alternativa seria fazer outro curso ou então parar um ano e se preparar enfrentar um mestrado.

José Leopoldino e Adinair França, também de Ciências Sociais, explicaram que são 3 as alternativas deste curso: Pesquisa acadêmica e não-acadêmica, assessoria e Magistério. As duas primeiras ainda não estão com o seu campo delimitado, por isto o mercado não sabe a função do sociólogo e nem este sabe também a sua Daí um dos problemas quanto a regulamentação da profissão, existindo mesmo entre eles próprios divergências neste sentido. Na assessoria corre-se o risco de executar tarefas com pouca ou nenhuma relação com as atividades da profissão. Sobre isto José Walter disse o que existe são contratos como técnicos de serviço não importando qual o curso feito, se sociologia ou outro qualquer.

Segundo José Leopoldino Adinair França, a alternativa que oferece maiores possibilidades imediatas de trabalho é o magistério, principalmente agora com a reforma de ensino do primeiro e segundo grau. Entretanto para o ensino superior torna-se necessário uma pós-graduação.

Assim em vários outros cursos, as oportunidades de trabalho estão escassas e as situações são mais ou menos a mesmas. Josias Cesalpino Almeida, fazia economia mas

mudou para administração porque achava que este curso oferecia melhores chances de emprego. Apesar de já estar com um emprego mais ou menos garantido no Tribunal de Contas, onde já trabalha, acha que as perspectivas para os formandos em administração de empresas são poucas devido a própria situação econômica da região, que não adota as técnicas administrativas da administração científica usada nas regiões desenvolvidas, agindo na base da improvisação. A administração pública, continuou dizendo Josias, apresenta melhores oportunidades pois aqui estão situados os órgãos centrais da administração pública.

Por outro lado, na área das Ciências Exatas observa-se uma sensível melhora, onde o formando já sai da universidade com um emprego mais ou menos certo e com uma boa remuneração. Na Geologia existe até uma Comissão Permanente de Mercado de Trabalho que investiga junto às empresas quais as que necessitam de geólogos. Esta Comissão existe há 3 anos e entra em contato com estas empresas através de cartas, onde faz as suas exigências como por exemplo: salário entre 10 a 12 salários mínimos, que nem sempre é respeitado, mas compensado de outras maneiras, como uma diária de campo, etc. Desta forma eles já têm o seu campo de trabalho mais ou menos definido segundo explicou Fernando Latorraca graduando em geologia.

Os formandos de Engenharia Mecânica terão muitas perspectivas com desenvolvimento tecnológico que está surgindo no Brasil. Várias empresas têm demonstrado interesse nos alunos da UnB, por exemplo a ACESITA — aços especiais de Itabira em Minas Gerais, ofereceu contratos para vários alunos, a partir de setembro com um salário inicial de cr\$ 6.900,00 e muitos não aceitaram pela possibilidade de encontrar melhor oferta, segundo explicou Luiz Tirone Jr.

Na Agronomia e em vários outros cursos a situação também é até satisfatória. Herberto Santiago disse que os formandos do ano passado já estão todos trabalhando e os deste semestre também já estão com boas ofertas de trabalho.

NÍVEL DOS CURSOS

Sobre o nível dos cursos oferecidos pela Universidade de Brasília, vários formandos afirmaram que em geral os cursos são bons, mas ainda apresentam várias falhas. Entre as deficiências apontadas por eles destacam-se duas referentes a: professores e currículo, como poderemos ver nos depoimentos abaixo:

O curso de Ciências Sociais está precisando de uma sacudida, algumas matérias deveriam ser desmembradas por exemplo: Teoria Sociológica e Métodos de Pesquisa deviam ser dadas em dois períodos porque abarcam uma área de conhecimento muito grande. O curso de Estatística para sociologia, deveria ser dado direcionado neste sentido e não em nível geral com vem sendo feito. Jussara França. (Licenciatura em Ciências Sociais).

O curso de Agronomia poderia ser melhor em termos de instalação de laboratórios que ainda deixam muito a desejar. Falta também um quadro de professores próprios pois muitos são de outros cursos. As matérias deveriam vir mais de encontro aos nossos interesses. (Herberto Santiago — Agronomia).

Existe uma deficiência muito grande no aspecto do corpo docente e orientação dos alunos de administração. Talvez isto seja decorrente muito mais pelo fato dos professores fazer do magistério um "bico" do que por deficiências deles. São poucos os professores que têm tempo integral, pois encontram melhores condições de trabalho fora da universidade. — (Josias C. Almeida).

O nível de ensino tem caído de 1971 em diante em termos de professores na Engenharia Mecânica. O Departamento é bem equipado, mas não é devidamente usado por falhas dos professores, principalmente: em 1974 quando grande número deles saíram para o Ministério da Indústria e Comércio. Existe no departamento uma biblioteca privativa dos professores que alegam que os livros são em nível de pós-graduação. — (Luiz Tirone).

Apesar das preocupações, existem várias lacunas no curso: de ciências Sociais. Esta faltando mais trabalho de campo, uma articulação maior entre a teoria e a prática — (José Leopoldino).

Prática dentro do nosso curso não existe. É só leitura e mais leitura. O que prova isto é que dentro de um curso de Métodos de pesquisas, onde a maioria são formandos, ninguém sabe levantar um problema de pesquisa. — (Jussara França — Ciências Sociais).

A limitação da verba para os trabalhos de campo, pela Rectoria tem diminuído muito o nível do curso de Geologia, pois são estes trabalhos que mais tem valorizado e destacado o geólogo da Universidade de Brasília, única a fazer este tipo de trabalho — (Fernando Latorraca).

O currículo do curso de Engenharia Mecânica teoricamente é muito bom mas na realidade várias matérias optativas não são oferecidas, não constam do programa do curso. — (Luiz Tirone).

Projeto do DAU Vai Humanizar Campus da UnB

Glória Pinheiro



Está sendo planejado um estudo sobre centralização da população do Campus Universitário, da UnB, uma vez que inúmeros fatores contribuem para a inexistência de um ponto de convergência ou local de encontro do estudante universitário.

O projeto está sendo feito pelos alunos Paulo Roberto Alvares, Dalila Monteiro e Antonio Afonso de Toledo do Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília. É um trabalho didático da disciplina Projeto de edificação Urbanística 5 (PEU 5) orientada pelo Prof. Érico Weidle e a sua elaboração deverá abranger o período de um ano.

Os pontos básicos levantados para a elaboração do projeto foram:

1 A descontinuidade entre os prédios do campus fazendo de cada um, uma unidade a parte, faz do usuário um espectador e não um participante;

2 As áreas planas deixam um relevo monótono com visão ampla, com grandes espaços para andar a pé, e sem sentido para andar de carro;

3 O ICC surge como um muro de concreto que separa uma parte da outra do campus atrapalhando a visão;

4 Os blocos são espalhados sem um elemento de ligação, sem um amenizador de espaços, como exemplo: arborização, lugar de descanso, sombra ou algo mais acolhedor que um gramado plano.

5 Quanto a área de prestação de serviços, existe, mas muito dispersa. Os órgãos vinculados ao DAC (Departamento de assuntos Comunitários e que prestam serviços a comunidade universitária, estão espalhados por todo o campus, dificultando assim a utilização por parte do usuário. Como exemplo temos o correio de um lado e a cantina de outro. Também já está confirmada a demolição do bloco em que se encontra a sapataria, barbearia, cantina, já que é apenas uma construção provisória.

Baseado na inexistência de

um ponto de convergência uma das propostas do projeto visa a agrupar as atividades procurando através de seu relacionamento intensificar seu uso, gerando maiores fluxos para aquela área; localizar equipamentos próximos a fluxos intensos e pontos de convergência; e criar espaços onde se desenvolvem atividades de cunho cultural de adequar os espaços coletivos para os mesmos.

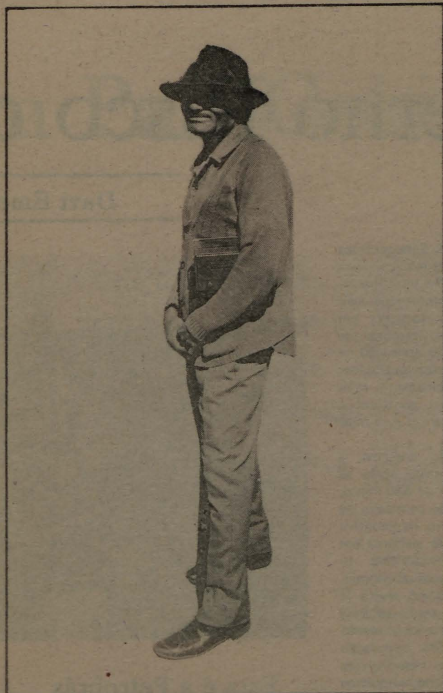
Em resumo, implantar área de serviço e vivência, onde possa haver concentração de pessoas para conversar, comprar e usar dos serviços oferecidos. No local planejado serão instalados o correio, barbearia, sapataria, lavanderia, cantinas e ainda atividades de lazer espalhadas por todo o conjunto. O espaço de vivência seria aquele destinado à ocupação do tempo livre do professor, aluno e funcionário.

A área de lazer e prestação de serviço, de acordo com o projeto, seria construída ao lado do restaurante e os critérios para localização dos equipamentos de serviço de vivência, são a centralização e equidistância do local com relação aos outros pontos do Campus, maiores fluxos de pessoas naquele local e também por ser esta uma área disponível.

Aí seria instaladas as atividades que necessitam de espaço físico, ou seja, a área de prestação de serviços e atividades de lazer. Constam do plano as atividades que não necessitam de espaço físico físico, como reuniões, encontros, debates, exposições que estão diretamente relacionados com a vivência do aluno no ambiente universitário.

Foram planejadas também a localização das paradas dos coletivos que deverão atender principalmente a três locais principais: Rectoria e Biblioteca, ICC norte e Sul e Restaurante e Tecnologia.

O projeto está apenas em fase de elaboração e muita coisa ainda deverá ser feita, podendo ou não ser aproveitado pela Universidade.



Rádio em Brasília: o Canal do Convívio?

Berilo Vargas

Se gosta de ouvir rádio, e presta atenção no que ouve, você deve estar de acordo com o sociólogo Fernando Correia Dias quando observa que a maior parte dos programas radiofônicos brasileiros decorre em tom de bate-papo entre locutor e ouvinte. "Chama a atenção — diz o sociólogo — o tom coloquial generalizado por meio do qual os locutores e outros comunicadores se relacionam com o público ouvinte". Dito de outra forma: o locutor conversa com os que o escutam da mesma forma que um conhecido conversa com outro quando se deparam na esquina ou mesa de bar.

O sociólogo tem o cuidado de não afirmar que esse tipo de intimidade radiofônica seja peculiar a Brasília. É por demais sabido que ocorre em outras cidades. Mas constatar que o tom coloquial é fato corriqueiro em inúmeras emissoras de rádio apenas adia a questão para outra instância. A verdade é que subsiste a indagação: por que o tom coloquial adotado pelos locutores? Terá ele motivo menos explícito?

Deixando de lado o fato geral, o professor Fernando Correia propõe-se a oferecer conjecturas a respeito do fenômeno aclimatado ao ambiente da capital. Cita o exemplo de "certa emissora que tentou formular uma programação voltada predominantemente para a chamada classe A e que, com o passar do tempo acabou por reformular o esquema, a fim de atender ao gosto da maioria do público. Desde então, vem imprimindo marca ainda mais acentuada de coloquialismo em suas transmissões".

A expressão "para atender ao gosto da maioria do público" sugere que produtores e locutores são forçados pelo ouvinte a adotar inflexões afetivas, cordiais. Membro da classe A, B ou C, o brasileiro exige das emissoras de rádio apenas uma coisa: o diálogo. Os programas transformam-se em pretexto para troca de ofertas musicais, declarações amorosas, recados familiares.

Tentando situar o fenômeno, o sociólogo formula hipótese curiosa. Diz ele: "Constata-se, por um lado, ausência de participação política, em decorrência da própria peculiaridade de situação do Distrito Federal no sistema federativo: o eleitorado brasileiro não vota em função dos interesses locais ou regionais.

Também não há uma vida sindical significativa. Tentei identificar alguns sinais de participação informal e difusa. Terá validade o estereótipo repetido com tanta frequência, segundo o qual não existiria "calor humano" em Brasília? Difícilmente haverá uma comunidade urbana que questione tão continuamente. O destino e as funções da cidade são discutidos diariamente, a nível técnico e a nível de senso comum, por grande número de brasileiros. Há nítida consciência de que aqui vive uma população culturalmente heterogênea, cada grupo confrontando diariamente seus traços culturais de origem com os dos outros grupos, numa busca de compreensão e até com um sentimento de integração. Não vejo assim, ausência de "calor humano", mas simplesmente inexistência de canais adequados desse tipo de sentimento e vivência. Os próprios habitantes da cidade procuram criar esses canais de maneira informal, para responder a uma necessidade premente de participação social" — diz Fernando Correia Dias.

A conjectura oferecida pelo professor e especialista em problemas urbanos sugere alguns temas para discussão. Contrariamente ao que parece, o fato da população brasileira ser composta por pessoas provenientes de várias partes do Brasil favorece o "calor humano", em vez de impedi-lo. Características da cidade dificultam o intercâmbio desse "calor" entre os brasileiros, de modo que em grande parte ele permanece latente. Os brasileiros superam a dificuldade, criando os canais necessários à formação de um convívio social.

Que canais seriam esses que o habitante de Brasília é levado a criar? Conforme supõe Fernando Correia, um deles bem poderia ser o programa radiofônico. Pressionando a emissora no sentido de transformá-la em meio propício ao estabelecimento de contatos interpessoais, o brasileiro induz produtores e locutores a adotarem o tom coloquial, apropriado à troca de mensagens íntimas. Assim, a estação de rádio assume em parte funções normalmente desempenhadas pela esquina ou mesa de bar.

"Como se vê, faço apenas algumas conjecturas em torno do que se pode observar. Mas valeria talvez a pena pesquisar melhor, para identificar quais seriam as funções reais desse diálogo pelo rádio", conclui Fernando Correia.

O Plano Nacional de Migrações

Internas está desenvolvendo projeto

que visa à resolução

de problemas

existentes na área. O PNMI

surgiu da necessidade de

se conhecerem os

padrões migratórios,

para que se possa estabelecer

uma política migratória

harmonizada aos problemas.

Um Projeto para Atacar Migrações

Glória Pinheiro

Um projeto que visa o estabelecimento de uma política de Migração Interna vai ser desenvolvido pelo Plano Nacional de Migrações Internas, órgão vinculado ao Ministério do Interior. O PNMI surgiu da necessidade de conhecimento dos padrões migratórios no Brasil para formulação de uma política migratória. Não tem tempo determinado para a execução do projeto, dependendo do desenvolvimento das etapas de trabalho.

As pesquisas tiveram início em 74, e continuam em 75 com o projeto em execução. O estudo vai prosseguir com a análise das características do processo migratório e das implicações que ocorrem no Brasil. Será feito através de pesquisas e exames analíticos em várias etapas de trabalho, consistindo na utilização de dados censitários e de tabulações especiais desses dados, e na elaboração de projetos adicionais de investigação sobre a formulação da política migratória.

O projeto busca elementos capazes de oferecer ao governo:

a) Componentes indispensáveis à formulação de uma política migratória nacional, respeitando peculiaridades regionais, e que atendam a interesses de natureza econômica de justiça social e de segurança nacional.

b) uma definição de instrumentos requeridos para execução dessa política.

c) Delinear o roteiro e intensidade dos fluxos migratórios, dentro e entre as diversas regiões e respectivos quadros domiciliares, durante determinado tempo.

d) Identificar a seletividade de fluxos migratórios quanto à área de procedência e diferenciais prevalentes em relação às de destino, sobre aspectos demográficos (sexo, idade, fecundidade dos imigrantes), econômicos (condição de atividade, situação

financeira, emprego, ocupação, renda), educacionais (nível de instrução e escolaridade).

e) Identificar as modificações ocorridas nos padrões migratórios, em função do tempo e das etapas de deslocamento.

f) Obter subsídios para uma política nacional de desenvolvimento urbano local, mediante a análise das implicações das migrações sobre o mercado de trabalho, distribuição de renda nas áreas metropolitanas e outras cidades menores.

O fenômeno migratório vem assumindo importante papel no panorama do desenvolvimento brasileiro. Uma demonstração disso é o fato de o último censo registrar em 74, 1/3 do país encontrar-se em municípios que não os de seu nascimento. As próprias diferenças entre taxas de crescimento da população urbana (5,1% e rural 0,7%) refletem a intensidade dos problemas migratórios, e sua participação na problemática brasileira. Esta foi a justificativa apresentada para o projeto.

O processo não se desenvolve de maneira uniforme, mas é causado principalmente pelas imperfeições dos mercados de trabalho e insuficiência de mão-de-obra pelo sistema produtivo. As implicações disso manifestam-se na própria redistribuição dos recursos humanos, intensificando as desigualdades regionais de desenvolvimento e aumentando a situação de desemprego e subemprego.

Há um desajustamento do migrante com relação a nova maneira de vida, acentuando a necessidade de uma ampliação de infra-estrutura básica nas cidades.

A UnB através do Professor Elbio Gonzalez está prestando uma colaboração nos estudos de migrações internas, principalmente sobre migrações sazonais.

O Ministério da Saúde está

preocupado com a expansão

da cárie dentária entre os

brasileiros. Para combater o mal,

ou pelo menos minimizá-lo,

está sendo desenvolvido

um programa de

fluoretação de águas.

Carência Alimentar = Cárie

Maria Luíza Grangeiro

A cárie dentária, um dos problemas mais difíceis de ser resolvido pelas autoridades de saúde, não só pela dificuldade de profissionais mais também pela quantidade de portadores, uma vez que a cárie foi identificada como doença de carência alimentar, deverá ser solucionada, senão, bastante minimizada a partir do programa de fluoretação de águas desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

O projeto, já em fase de execução, foi iniciado em 33 municípios brasileiros, objetivando beneficiar nesta primeira etapa cerca de 443.700 pessoas.

De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, o programa de fluoretação das águas a ser desenvolvido pela Fundação de Serviços de Saúde Pública—SESP —, deverá ter um custo total de 65 milhões de cruzeiros, fornecidos pelo INAN, de acordo com o Programa de Alimentação e Nutrição.

A segunda fase do programa, beneficiará as capitais das regiões Norte e Nordeste e demais cidades destas regiões, sendo que para o final, ficaram as capitais e cidades das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Na segunda etapa serão atingidas seis milhões e duzentas mil pessoas e na terceira, 19 milhões e 400 mil.

DIAGNÓSTICO

De acordo com pesquisas realizadas pela Fundação SESP em doze Estados brasileiros, foi constatado que os escolares da faixa etária dos 6 aos 14 anos no Brasil, apresentam em média, 6,06 dentes cariados, perdidos ou obturados com a agravante que 90% carecem cuidados profissionais. O grupo etário de 20 a 30 anos já perdeu cerca de dez dentes.

Segundo o Ministério da Saúde é praticamente impossível resolver o problema da cárie dentária no Brasil através de métodos curativos. A dificuldade reside em que se estima em um bilhão e 300 milhões de dentes afetados, que exigiriam 650 mil equipes odontológicas, trabalhando em regime de tempo integral durante doze meses. No Brasil existem apenas 40 mil dentistas. Além do mais, considerando-se cada obturação em torno de 40 cruzeiros, seriam necessários recursos da ordem de 31 bilhões de cruzeiros para solucionar apenas 60% do problema.

Atualmente, 76 comunidades brasileiras já estão utilizando a prática da fluoretação de águas, sendo que 41 delas consomem o fluoreto de cálcio e 35 o fluorsilicato de sódio.



Petróleo-Monopólio

O Eterno Risco de

Davi Emerich

Petróleo no Brasil é uma discussão antiga. Desde o brado de Monteiro Lobato, quando este ressaltava a necessidade de intensificar as prospeções das possíveis jazidas petrolíferas nacionais, o assunto passou a ser um dos pontos principais nas polemizações dos intelectuais da época, tendo como arena o Congresso Nacional e as casernas militares. Isso já no primeiro governo de Getúlio Vargas, principalmente nos anos que vão de 1935 a 1945.

A esse tempo, por pressão e por influência direta de empresas petrolíferas norte-americanas e inglesas, predominou em vários setores da população a ideia de que no País não existia petróleo. O objetivo dessas empresas era desencorajar o governo de Vargas a começar atuar no setor, dando o caráter populista e nacionalista de suas bases de sustentação. Para tanto foi dominada por esses conglomerados internacionais, com financiamentos e subornos, grande parte da imprensa do País.

Porém, as forças nacionalistas começaram a emergir gradativamente, passando a defender os interesses nacionais de uma forma combativa, onde tentava-se evitar a apoderação por grupos estrangeiros de nossas reservas minerais e recursos naturais. Ainda no primeiro governo de Vargas, no caso do petróleo, surgiu um general, Horta Barbosa, que seria uma dos mais ávidos defensores de nossas riquezas petrolíferas.

No entanto os grupos estrangeiros não deixaram por menos. Usando de seu poderio econômico e de sua consequente capacidade de suborno, começaram a pressionar Getúlio Vargas, exigindo-lhe que fossem tomadas medidas que os favorecessem. Num breve espaço de tempo disseminou-se no Congresso Nacional e em alguns setores militares e intelectuais um pensamento "entreguista", contrastando assim com as correntes nacionalistas que há muito vinham lutando pela participação estritamente nacional no setor petrolífero.

A corrente nacionalista, já no governo de Gaspar Dutra, era encabeçada pelo general Horta Barbosa, acompanhada pelos generais Leônidas de Carvalho, Raimundo Sampaio e Felício Cardoso e pelo doutor, Artur Bernardes. Do lado dos entreguistas os principais expoentes eram o general Juarez Távora e o civil Odilon Braga.

(...) a defesa dos recursos minerais do país, e particularmente do petróleo, coube a vários setores militares, que historicamente influenciados pelo tenentismo e outros movimentos nacionalistas, tomaram a si as amplas discussões que envolviam o assunto.

Entretanto a força dos grupos estrangeiros estava muito bem fundamentada no governo de Gaspar Dutra. Destituindo os nacionalistas de seus respectivos cargos, Dutra passou a agir arbitrariamente, reprimindo com o maior vigor aqueles que se manifestassem a favor da não interferência de capitais alienígenas na economia do País. Principalmente no que dizia à exploração do petróleo.

Essa atitude do governo Gaspar Dutra culminou com a elaboração, em 1948, do Estatuto do Petróleo, o qual pretendia abrir "o caminho para o reino dos céus" para empresas como a Standard Oil. Rechaçando tal projeto de forma categórica, as forças nacionalistas, que apesar da repressão não deixaram de existir, começaram a cerrar posições. E assim se formou uma frente ampla baseada na classe média, fundamentada na oficialidade jovem do exército, seguida por alguns parlamentares, intelectuais e estudantes. Vários sindicatos também participaram ativamente na luta pela nacionalização do petróleo brasileiro.

Como já foi referido, a defesa dos recursos minerais do País, e particularmente do

petróleo, coube a vários setores militares, que historicamente influenciados pelo tenentismo e outros movimentos nacionalistas, tomaram a si as amplas discussões que envolviam o assunto. E neste ponto, teve papel relevante, o Clube Militar. Ali se desenvolvem verdadeiros debates, predominando os de caráter autôctone e os que tocavam mais de perto as aspirações do povo e do País.

Portanto, o Clube Militar foi um centro catalizador das aspirações nacionalistas, historicamente incrustada no seio da oficialidade jovem do exército brasileiro. E se o setor petrolífero do País hoje não está nas mãos de grupos multinacionais, isto se deve a atuação de elementos como Horta Barbosa, um general que sabia encabeçar a luta pelas aspirações nacionais, predominantes na época, no seu caso específico, o petróleo.

(...) Vargas assina a 3 de outubro de 1953 a Lei no. 2004, instituindo o monopólio estatal do petróleo. E esse foi o fim de uma fase, onde de uma forma ou de outra, os interesses nacionalistas predominaram e suplantaram as correntes entreguistas, que por sinal nunca morreram.

Subindo ao poder novamente, em 1950, Getúlio Vargas, desta feita por eleições diretas, tentou obter o apoio para a sua sustentação nas camadas populares, se apegando a ideais nacionalistas, mas não se desvinculando dos grupos estrangeiros. Pressionado por essas forças nacionalistas, e tentando se vincular a ela, dada a sua queda iminente, Vargas assina a 3 de outubro de 1953 a lei no. 2004, instituindo o monopólio estatal do petróleo. E esse foi o fim de uma fase, onde de uma forma ou de outra, os interesses nacionalistas predominaram suplantaram as correntes entreguistas, que por sinal nunca morreram.

CONTRATO DE RISCO

E eis que depois de permanecer amenizada por algum tempo, ressurge a polêmica novamente com toda a sua impetuosidade. Contudo dotada de uma característica diferente. Hoje, condicionado pela impregnação que a Petrobrás teve no espírito da população, se solidificando nas camadas médias urbanas, o "entreguismo se estruturou na forma da necessidade de se firmar com empresas estrangeiras, "contratos de risco".

O baluarte dessa posição foi o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki. Em afirmações concedidas à imprensa, Ueki ressaltou que a sangria que o petróleo causava à Balança de Pagamentos do País (que em 1974 chegou a quase 3 bilhões de dólares) doía-lhe o coração. E ainda que numa conversa que ele manteve com o ministro da Saúde, Almeida Machado, este lhe disse que precisava de 30 milhões de dólares para uma campanha contra a meningite, e isso o constrangeu enormemente, por antever a necessidade de resolver os problemas sociais prioritários. Tudo isso, para justificar a assinatura do "contrato de risco".

Na opinião do ministro, o Brasil deve se tornar auto-suficiente em petróleo no mais breve espaço de tempo possível. E com as recentes descobertas de promissoras jazidas petrolíferas, como a da plataforma continental de Campos (RJ), as explorações têm de ser intensificadas. E essa intensificação, segundo suas palavras, exige a aplicação de grandes capitais e de uma tecnologia cada vez mais eficiente. E para isso a Petrobrás e consequentemente o País, não teria a capacidade para arcar com as despesas, "por haver setores prioritários no tocante a aplicação de capital", o que constituiria num impasse, pois faltaria recursos financeiros e tecnológicos.

Também afirmava que a assinatura do "contrato" não feria a lei 2004, que instituiu

o monopólio estatal do petróleo. Esse contrato não seria nada mais, nada menos, que um contrato de serviço onde a empresa (multinacional) contratante não teria nenhuma remuneração a priori.

Ela poderia agir somente em localidades não exploradas pela Petrobrás, se responsabilizando totalmente pela aplicação de seu próprio capital. Uma dessas localidades seria a foz do Amazonas, e logicamente num futuro próximo à assinatura do contrato, a Amazônia toda, por sinal o lugar no País mais cobijado pelas multinacionais.

E exatando a convicção do ministro, a imprensa (nossa gloriosa imprensa) abriu as baterias. Jornais como o Estado de São Paulo, o Globo e o Jornal do Brasil não cansavam de defender a assinatura do contrato, na tentativa de mostrar o papel positivo que ele teria em nosso desenvolvimento e o caminho liberalizante que concederia à nossa economia, liberalismo este quer por sinal, há muito já deixou de preocupar os economistas sérios. Esta é a imprensa que se diz em luta pelos interesses do País e pelas aspirações da população brasileira. Em toda a campanha desenvolvida pela imprensa, surgiram os profetas benquistos pela Gulf Oil, Standard Oil, Exxon, etc, como por exemplo Eugênio Gudin, Bulhões, Glicon de Paiva e tantos outros.

Porém o País reagiu de maneira diferente a essas correntes. O Congresso Nacional que acabava de sair da discussão do divórcio, penetrou profundamente no assunto. As forças nacionalistas, isto é, até certo ponto, imanentes à história brasileira, começaram tomar posição e a se manifestarem contra a assinatura do contrato. A atuação do Congresso fica bem patente, quando quase por unanimidade: senadores e deputados deram voto de louvor a Petrobrás e a não quebra da lei 2004. Apesar de não podermos admitir que a posição tomada pelo Congresso Nacional seja de cunho estritamente nacionalista, já que grande parte dos parlamentares é favorável à permanência no País de empresas multinacionais. O fato é que a Petrobrás representa o anseio popular, e por isso os parlamentares se vêem na necessidade de apoiá-la. Isso até o momento que puderem atingi-la com o golpe de misericórdia.

Falando a respeito do contrato de risco na UnB, o deputado Lydiane Maciel (MDB-RJ) presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara, afirmou que a sua assinatura é uma verdadeira concessão às empresas multinacionais, que poderiam em um breve espaço de tempo dominar o setor por completo. Disse ainda que a "ladainha dos entreguistas é sempre a mesma em qualquer momento: falta de recursos financeiros para o incremento da exploração e falta de tecnologia, "esse tipo de afirmação, em termos de Brasil, é uma mentira", como se vê, suas palavras diferem radicalmente das do ministro Shigeaki Ueki.

(...) a ladainha dos entreguistas é sempre a mesma em qualquer momento: falta de recursos financeiros para o incremento da exploração e falta de tecnologia.

Para podermos perceber o que a assinatura do contrato poderia trazer a economia brasileira é bom que se recorra à experiência argentina. Em artigo publicado no dia 13 de junho desse ano, o semanário Opinião abordou o governo de Frondizi, década de 50, mostrando ter assinado um contrato de serviço com empresas estrangeiras, idêntico ao que ele vem se cogitando no Brasil, o que foi um desastre para a economia argentina. Com a intenção de explorar o máximo possível, essas empresas furaram irracionalmente inúmeros poços, diminuindo assim sua pressão, e em curto período a produtividade. Antes da assinatura do contrato a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), empresa estatal, vinha alcançando um aumento



Esta é a Petrobrás nos dias atuais. Uma coisa ficou provada: mesmo com as ladainhas de que falta capital e tecnologia ao País, a empresa alcançou e vem alcançando muito sucesso.

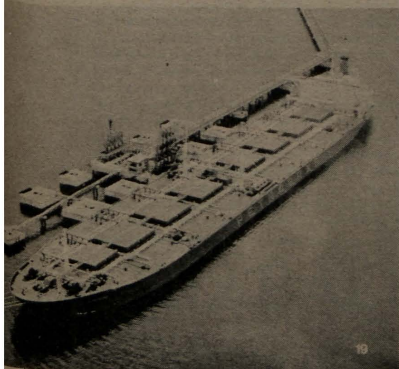


Aqui havia cobras, lepra, malária e muricoca. Possivelmente, também havia petróleo. No entanto, o chão era nosso, apesar dos pesares.

Petróleo-Petrobrás

um País Cobiçado

Este foi o início da Petrobrás. O esforço sem limites de um povo subdesenvolvido que tinha como força apenas a sua própria força.



anual na produtividade de quase cinco por cento. Com o início da atuação predatória das empresas estrangeiras, em 1959 a produção atingiu um aumento de 25%; em 1960 de 43%, declinando logo em seguida para 32% em 1961 em 16,3% em 1962. Desse ano até 1974, a taxa acumulativa foi de apenas 3,66%. Como se vê, a produção caiu abaixo da porcentagem que era mantida anteriormente pela YPF, isto é, precisamente, 4,38%. E essa situação gerou grandes prejuízos tanto à YPF, especificamente, e quanto ao estado, que sofreu um prejuízo de dois bilhões de pesos antigos, pela isenção de imposto de renda, no seu fisco nacional.

Se a Petrobrás ainda não foi privatizada, isso se deve em parte a esse espírito nacionalista. Se deve à pressão que a oficialidade exerce sobre o Estado constituído.

A atuação de empresas estrangeiras no país quase sempre se dá de forma famigerada. O objetivo maior dessas empresas é auferir a maior taxa de lucro possível, subjugando e escravizando toda uma população para alcançar seus interesses. E o que é pior, o país perde sua autonomia política, ficando sujeito a decisões externas completamente disparatadas da nossa realidade. Essas empresas não possuem o menor escrúpulo. Subornam elementos ligados ao governo, parlamentares, técnicos, intelectuais, como aconteceu recentemente em Honduras, no escândalo da banana.

Contrato de risco, como se pode perceber, é um grande risco para o País. Muitas vezes os anseios do povo não são refletidos na tomada de importantes decisões. Agora sobre sua pergunta: é tendência natural da Petrobrás continuar vinculada ao estado, ou seu caminho será, mais tempo, menos tempo, a privatização?

PETRO(BRÁS)

Para se discorrer sobre o futuro da Petrobrás, há que situá-la dentro de um espírito nacionalista, que se desenvolveu no País, principalmente depois da proclamação da República, onde um dos pontos culminantes foi o tenentismo. Os maiores defensores do monopólio estatal do setor petrolífero, nos governos de Vargas e Dutra, saíram das fileiras do exército. É bem verdade que os encabeçadores dessa corrente eram em sua grande maioria, gerais. Entretanto, só tinham força para continuar em suas lutas, mediante o apoio da oficialidade jovem, onde predominavam os tenentes. Para se buscar a origem histórica da Petrobrás, e para entender como ela consegue se manter até hoje, ainda que pressionada por todos os lados, se faz necessário que a enxerguemos dentro desse contexto.

A atuação de empresas estrangeiras no país quase sempre se dá de forma famigerada. O objetivo maior dessas empresas é auferir a maior taxa de lucro possível, subjugando e escravizando toda uma população para alcançar seus interesses.

Tomando por base as relações de produção existentes no momento, é muito difícil a Petrobrás continuar indefinidamente vinculada ao monopólio estatal. O próprio modelo de desenvolvimento brasileiro não dá margem real para que se solidifique esta vinculação. Ele está fundamentado na iniciativa privada e no afluxo constante de capitais estrangeiros, que são aplicados diretamente nos setores produtivos mais rentáveis do país. Portanto, o poder real

do País está na mão desses grupos capitalistas, quer nacionais, quer estrangeiros, e de modo geral são eles que definem o rumo político a ser tomado.

No caso do Brasil, o Estado participa intensamente em setores básicos da economia como o do petróleo, energia elétrica, siderurgia e muitos outros. Essa é uma característica de países subdesenvolvidos e podemos constatá-la, visivelmente, para não sairmos do nosso continente, em toda a América Latina. A atuação do Estado nesses setores se faz necessária, se adotado um modelo de rápido crescimento econômico — por serem eles deficitários colocado dessa maneira obstáculos à iniciativa privada que busca a auferição de lucros imediatos. Esses setores só começam a ser lucrativos num espaço de tempo determinado. Porém se olharmos mais detalhadamente essa situação não a podemos aceitar sem maiores ressalvas, pois dado o desenvolvimento do capitalismo mundial, já em sua fase imperialista, vemos a necessidade dos grupos imperialistas descentralizarem seu capital e assim exportá-lo, basicamente, para os países em vias de desenvolvimento. Desta feita, hoje qualquer setor, sobretudo o primário, dado a necessidade de matéria-prima que o mundo certamente vai enfrentar, é lucrativo.

Tomando por base as relações de produção existentes no momento, é muito difícil a Petrobrás continuar indefinidamente vinculada ao monopólio estatal (...). O poder real do país está na mão desses grupos capitalistas, quer nacionais, quer estrangeiros, e geral são eles que definem o rumo político a ser tomado.

A Petrobrás se constitui hoje uma das empresas mais lucrativas do País, se posicionando entre as maiores do mundo. Isso vem evidenciar a importância do setor petrolífero no que diz respeito à obtenção de lucros. É óbvio que essa amplitude do setor gera suspiros tensos e ofegantes nos grupos capitalistas nacionais e multinacionais. Como já foi referido, estando o poder real nas mãos desses grupos, logicamente eles deverão derrubar a lei que instituiu o monopólio estatal, ou seja a lei 2004.

E além de tudo, o próprio Estado prega a privatização dos setores dinâmicos da economia brasileira, nos quais implicitamente podemos perceber como sendo um deles, a Petrobrás. Tal concepção está baseada e explicitada no II Plano Nacional de Desenvolvimento. O Estado solidifica os setores deficitários, entregando-os posteriormente a grupos capitalistas determinados. Portanto, sua intervenção em setores como do petróleo, siderurgia e outros dentro dos moldes de produção capitalista, é uma mera questão de racionalização de desenvolvimento, que entretanto é passageira e limitada no tempo.

Se recorrermos a fatos históricos concretos para se analisar a participação governamental na economia, podemos pegar como exemplo, o Japão. O Estado japonês, no final do século XIX, para implantar o seu parque industrial, chegou a comprar da Inglaterra, indústrias inteiras a um preço social muito elevado, subsidiando, assim, de forma direta e indireta, a criação de uma moderna e costosa estrutura industrial no país. Em questão de poucos anos, essa indústrias compradas e montadas pelo estado, forma vendidas a grupos privados nacionais a um preço de apenas 20% do seu valor total. Podemos ver no caso do Japão, apesar das características históricas serem muito diferentes das predominantes hoje no Brasil, como se dá a participação do poder público na economia, quando adotado um modelo de rápido desenvolvimento econômico.

Além dessas circunstâncias existem muitas



outras. Uma delas é apontada pelo professor de economia da UnB, Lauro Campos. Segundo ele há uma "massa-crítica", até onde é permitida a participação do Estado. A partir do momento que ela começa a ser suplantada, as reações dos setores privados se afluem de forma incontestável, pressionando o Estado para mudar sua política de atuação. Como se vê, a polêmica gerada ultimamente pela imprensa do País a respeito do "contrato de risco" vem reforçar essa afirmação.

Ainda segundo Lauro Campos, na sua conceitualização de massa-crítica, a privatização de setores hoje nas mãos do Estado, é iminente ao

Jornais com 6 Estado de S. Paulo, o Globo e o Jornal do Brasil não cansavam de defender a assinatura do contrato, na tentativa de mostrar o papel positivo que ele teria em nosso desenvolvimento e o caminho liberalizante à nossa economia, liberalismo este que por sinal, há muito já deixou de preocupar os economistas sérios.

próprio sistema. A economia é um processo dinâmico. No decorrer de sua evolução surgem outros setores de quase igual importância ou superior ao anterior, e que no caso específico do Brasil, no momento, diz respeito a energia nuclear. E o Estado, dado a necessidade de explorar esse novo setor, se vê em uma situação de impasse. Se não abrir mão dos setores predominantes tradicionais ele estará ultrapassando a massa-crítica e assim, sofrerá uma forte pressão dos grupos capitalistas constituídos. Para tanto ele se vê na contingência de privatizar esses setores tradicionais e assim partir na exploração do novo setor. E esse processo se dá de maneira constante. É a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros.

"Há uma massa-crítica, até onde é permitida a participação do Estado. A partir do momento que ela começa a ser suplantada, as reações dos setores privados se afluem de forma incontestável, pressionando o estado para mudar sua política de atuação."

Agora resta saber, quais os grupos (nacionais ou estrangeiros) que teriam possibilidades de atuar nesses setores que porventura vierem a ser privatizados pelo Estado. Ao que inicialmente parece, do ponto de vista do capital, esses grupos logicamente seriam multinacionais. Entretanto, um ponto que não deve ser esquecido é que no País, existem um forte espírito nacionalista impregnado na sociedade, visivelmente definido nas fileiras do exército, sobretudo na oficialidade jovem. E numa etapa de transição, de entrega de um setor estatizado e iniciativa privada, esse nacionalismo terá um grande peso. Se a Petrobrás ainda não foi privatizada isso se deve em parte a esse espírito nacionalista. Se deve à pressão que a oficialidade exerce sobre o Estado constituído.

Como já foi dito, num sistema de produção capitalista, quer nascente, quer desenvolvido, a intervenção do Estado na economia sempre se dá de maneira paternal, de modo a apoiar o seu crescimento e a sua estabilização. Nesse caso, o Estado nunca intervm na economia de forma direta para se constituir e se estabelecer no setor. Pelo contrário: no caso do Brasil, a prevalecer as atuais relações de produção, empresas como a Petrobrás inevitavelmente passarão a grupos privados, mudando seus objetivos que antes as sustentavam.

O homem começa a ser substituído pela técnica e já não aparece mais em fotografia. O capital predomina. Mas ainda temos duas coisas: o chão e o homem.



4 JORNAIS:

necessários ou excessivos?

No início, era apenas o Correio Brasiliense — fundado por Chateaubriand, nos idos de 60, quando Brasília nascia. A partir do próprio nome dado ao jornal, havia a preocupação de seguir a experiência londrina de Hipólito José da Costa, em 1808. Para isso contava-se com a estrutura da maior organização jornalística da época, os "Diários Associados", que detinham inúmeros jornais, emissoras de rádio e TV, formando um império que até hoje sobrevive.

Adotando uma linha editorial conservadora, reatada por um tradicionalismo gráfico marcante, o "Correio Brasiliense" se firmou no Planalto Central, beneficiando-se da inexistência de concorrentes, e do nascente aparecimento empresarial, que até pouco tempo não representava atrativos para qualquer outro tipo de investimento no setor.

Este pioneirismo proporcionou ao Correio uma forte penetração em todas as camadas da população do DF, criando um hábito de leitura que se incorporou à própria vida da cidade. Desta maneira, o jornal se fortaleceu como empresa, desenvolvendo uma apreciável rede de distribuição, que lhe permitiu ultrapassar os limites de Brasília e atingir regiões circunvizinhas. Talvez essa grande circulação se deva também ao seu cauteloso distanciamento das áreas de atrito, que marcam a vida jornalística.

A situação privilegiada de que dispunha o "Correio Brasiliense" foi modificada com o aparecimento, até certo ponto inesperado, de mais três jornais diários, nos últimos três anos. Brasília contava com pouco mais de 500 mil habitantes, na época do lançamento do "DIÁRIO DE BRASÍLIA". Já

então era questionável a sustentação de dois jornais em uma cidade caracteristicamente administrativa, uma vez que apesar do crescimento populacional, não houve crescimento empresarial correspondente.

Nos grandes centros, a principal fonte de sustentação dos meios de comunicação são as verbas publicitárias, pagas pelas grandes indústrias, enquanto em Brasília o comércio ainda é o responsável por grande parte da receita das publicações e emissoras de rádio e TV.

Com o surgimento do "Jornal de Brasília" no ano seguinte, a situação se agravou, por que os três jornais concorriam numa mesma faixa, sem definição de público e querendo ser reconhecidos como pretensos "jornais da comunidade". Caracterizavam-se como verdadeiros "supermercados", termo utilizado no meio jornalístico para definir um tipo de jornal aberto a todas as colocações e onde se encontra de tudo.

A concorrência excessiva, que gerou inclusive uma divisão do mercado publicitário, e a desorganização empresarial, causou um estado de insustentação que implicava na necessidade de modificações, o que veio a ocorrer logo em seguida, quando o "Jornal de Brasília" optou pela restrição de sua circulação, objetivando atingir uma faixa específica do público leitor, definida pelo seu editor-executivo, Hélio Doyle, como "classes A e B, habitantes do Plano Piloto e ligadas ao setor administrativo".

Com relação ao "Jornal de Brasília", é interessante assinalar que, antes do seu lançamento, foi realizada uma pesquisa de mercado nos moldes clássicos das empresas americanas, que se utilizam do "marketing". No entanto, as alterações ocorridas posterior-

mente nada têm a ver com essa pesquisa, mas são frutos da orientação do seu editor.

A nova linha editorial do jornal partiu da constatação de que "nenhum jornal local tem condições de atingir todas as camadas da população, pois isso exige um investimento muito grande, que é inviável em termos empresariais", na opinião de Hélio Doyle. O "Jornal de Brasília" se propõe a ser um jornal de capital, dando maior destaque aos Três Poderes, tanto assim que é o único do país que possui uma editoria de Governo, além da de Política.

A partir de uma sofisticação gráfica e de linguagem até então inusitadas, o JBr. conseguiu em pouco tempo destacar-se entre os jornais existentes, atraindo uma faixa de leitores mais intelectualizada, que não estava satisfeita com o tipo de jornal que se fazia na cidade.

Adotando uma posição política supostamente liberal, que não chega a se caracterizar como oposição, o Jornal de Brasília apresenta matérias fortemente opinativas, rompendo a tradição de "objetividade" que marca a imprensa liberal norte-americana, tida como padrão pelos editores.

De todas as editorias, a de "cidade" é até hoje a menos definida quanto à abordagem dos temas, como reconhece Hélio Doyle, para quem "a cidade sempre dependeu de quem era os repórteres, que era o editor". Atualmente, os temas tratados estão mais próximos do pitoresco e do ameno do que dos problemas reais da comunidade. Apesar de tudo, o "Jornal de Brasília" é o único da cidade que tem um público assegurado e uma posição que tende a se fortalecer.

O "DIÁRIO DE BRASÍLIA", segundo jornal a

surgir na cidade, passou por diversas fases de aceitação, nunca conseguindo uma definição editorial. Nos últimos tempos, atravessa uma situação financeira difícil. Pretende ser um jornal de comunidade, embora apresente contradições marcantes como uma editoria de política grande contra um corpo de repórteres reduzido na área local. Mesmo sofrendo reformulações constantes no corpo editorial e de direção, não conseguiu firmar-se junto ao público leitor e garantir sua posição no mercado.

O último jornal a surgir em Brasília, foi o "Correio do Planalto", em 1975. Seu editor, Geraldo Seabra, informou que "não foi realizada propriamente uma pesquisa de mercado, mas pretendeu-se preencher uma faixa descoberta, pois não havia um jornal que refletisse a vida da cidade, um jornal que fosse o veículo dos desejos e reivindicações da cidade". Os números publicados até agora dão margem a dúvidas de que essa pretensão esteja sendo alcançada.

Na opinião de Geraldo Seabra, "Brasília não sabia que isto aqui é uma terra de assassinatos, roubos, desastres sem conta. Falta um jornal que mostrasse a Brasília, sua face negra e sua face cor-de-rosa". Não se sabe até hoje qual delas está sendo mostrada... Antes do lançamento do jornal foi feita intensa campanha publicitária, direcionada aos habitantes de cidades-satélite e classe "C" em geral, o que pressupõe uma pré-definição do público. De acordo com dados fornecidos pelo seu editor, o "Correio do Planalto" está em segundo lugar em vendas na cidade.

Resta a pergunta: Brasília tem condições de sustentar quatro jornais diários? Hélio Doyle, do JBr., diz que "não existem condições nem em termos de público leitor, nem em termos de mercado publicitário. O anunciante não vai dividir a verba entre quatro jornais". O "Correio Brasiliense" possui uma estrutura financeira forte, e uma rede de distribuição que o coloca em posição vantajosa em relação aos outros jornais; é um jornal tradicional e pode sustentar-se nos "classificados". O "Correio do Planalto", por ser um jornal novo, é uma potência a ser explorada. O "Jornal de Brasília" optou por uma faixa definida de público e pode sustentar-se nela; resta o "DIÁRIO DE BRASÍLIA", indefinido e atualmente um enigma. (Zuleica Maria Souza Porto e José Ribamar Oliveira Júnior).

PÓS-GRADUAÇÃO É META PRIORITÁRIA

...e o reitor diz porquê

Carly Batista

Quem tem observado a atuação da Universidade de Brasília nos últimos dois anos, tem percebido que a meta prioritária é a implantação e consolidação de cursos em nível de pós-graduação. Só para se ter uma ideia basta afirmar que, o período compreendido entre o primeiro semestre deste ano e o primeiro semestre de 1976, serão implantados quatro novos cursos (Ecologia, Enfermagem, Nutrição e Meteorologia de graduação e onze cursos de pós-graduação (Pedagogia, Planejamento Urbano, Engenharia Elétrica, Microbiologia, Planejamento Agrícola, Parasitologia, Direito do Trabalho, Ecologia, Genética Humana e Medicina Tropical).

Mas porque a ênfase no ensino de pós-graduação? Poderíamos perguntar, levando em conta que, até três anos atrás a UnB não tinha um único curso nesse nível e até o final deste ano terá 14, sendo 12 de mestrado e 2 de doutorado.

Para o reitor Amadeu Cury, o ensino de pós-graduação é vital para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país. É vital, em primeiro lugar porque é o mecanismo que prepara professores para os cursos de graduação e em segundo lugar, porque os cursos a nível de pós-graduação oferecem as melhores condições para reunir equipes de alto nível que podem trabalhar conjuntamente em projetos de pesquisas necessários ao desenvolvimento tecnológico do país.

QUEM LUCRA

São os próprios cursos de graduação que atualmente lucram com a expansão dos cursos de mestrado e doutorado, lembra o reitor Amadeu Cury, esclarecendo que o Brasil ainda possui um número muito grande de professores leigos no ensino superior. São aqueles professores que concluíram seu curso de graduação e ingressaram na universidade como assistentes de pesquisa e por fim chegaram a professores titulares de suas cadeiras, sem entretanto, um preparo mais profundo que só pode lhes ser transmitido em um curso de mestrado.

Tornar o país auto-suficiente em termos de professores, não apenas em quantidade, mas em qualidades excelentes para os cursos de graduação é — na opinião do professor Cury — um desafio que a Universidade brasileira deve aceitar.

— Como vêm, a UnB, já assumiu este desafio, disse.

EXTENSÃO DA EXTENSÃO

Mas nem só de ensino e pesquisa vive uma universidade e a Reforma Universitária quando veio, envergou isto e acrescentou mais um item: extensão. Foi a abertura necessária para a universidade começar a retribuir à comunidade uma pequena parte do

que ela lhe fornece. Porque é através dos seus impostos que fornece ao governo os meios necessários ao sustento do ensino no país. E foi aí que inúmeras atividades como cursos rápidos, seminários e exposições passaram a ser oferecidas pelas principais universidades do país ao público em geral.

A UnB também aceitou esta responsabilidade — lembra o reitor — e através de seus Departamentos em atividades conjuntas ou não com setores culturais brasileiros e estrangeiros (lembaixadas ou serviços culturais) tem proporcionado um número significativo de atividades chamadas de extensão.

A UnB pretende dinamizar as atividades de extensão oferecendo conteúdo de caráter informativo da realidade brasileira. A ideia é oferecer também cursos e seminários voltados para os problemas sócio-econômicos nacionais que possam reunir não só professores e alunos interessados em determinado setor, como também profissionais especializados que atuam neste mesmo setor. No ano passado esta diretriz já começou a ser delineada com o oferecimento de cursos e seminários sobre temas específicos pelas faculdades de Tecnologia, Medicina e Geologia.

Mas a UnB também não parou no oferecimento de seminários, cursos, concertos e exposições, ao público em geral. Foi mais longe, afirma Amadeu Cury: inaugurou toda uma era de prestação de serviços a vários órgãos públicos da administração federal e estadual.

A UnB colocou seus professores não só à disposição do ensino e da pesquisa, mas deu-lhes a oportunidade de prestar serviços no âmbito da assistência técnica, assessoria de planejamento e elaboração de projetos ao próprio país.

Esta prestação de serviços — que o reitor chama de uma extensão de extensão — vem sendo feita através de convênios assinados pela UnB com ministérios e outros órgãos do governo federal e Distrito Federal.

Dentre as inúmeras atividades que estão sendo desenvolvidas em função deste convênio, pode-se destacar projetos como o que estuda a criação de fertilizantes de baixo teor de solubilidade e um outro sobre Doenças Tropicais como a Chistosomose, doença de Chagas e malária. O primeiro (que resulta de um convênio com a FINEP — uma agência e Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento) está sendo desenvolvido pelo Departamento de Geociências, sob a responsabilidade do professor Oto Leonardo Junior. O segundo que está sendo desenvolvido pelo Centro de Pesquisas sobre Doenças Tropicais, atende a um convênio celebrado com o Conselho Nacional de Pesquisas.

OLHA O RAPA!!

Luiz Carlos Machado

Os ambulantes são contraventores — a sua atividade ilegal não deve ser tolerada, dizem os fiscais. Suas mercadorias são apreendidas sumariamente — trata-se de material nocivo à saúde pública. E principalmente, nocivo ao comércio estabelecido.

Segundo um relatório da Equipe de Fiscalização Sanitária, durante os dias 4, 5 e 6 de junho foram apreendidos: 106 caixas de tangerinas, 13 caixas de bananas, 5 caixas de abacaxis, 4 caixas de melancias, 6 caixas de abacates, 2 caixas de tomates, 1 caixa de batatas, 1 caixa de doces diversos, 11 caixas de produtos diversos (pães, bolos, sacos de leite, doces) e 20 quilos de churrosinhos — estes últimos (doces, pães, bolos, leite e churrosos) considerados impróprios para o consumo humano. Junto com esse verdadeiro pomar, foram apreendidos móveis e madeirames suficientes para lotar dois caminhões.



As camadas marginais da sociedade, vistas de diversos ângulos:

ECONOMIA — Camadas sociais de baixo nível de renda (em regra, renda familiar inferior a 6 salários-mínimos), com um baixo nível de consumo de produtos duráveis.

ANTROPOLOGIA — Membros de uma cultura dominada que adotam os valores da cultura dominante, sem perder as características da cultura subjugada, sendo rejeitados por ambas — é o caso dos negros, índios e judeus (eventualmente, dos nordestinos).

SOCIOLOGIA — Os não-integrados, que subsistem nas favelas periféricas dos grandes centros urbanos, favelas estas resultantes dos fenômenos sociais conhecidos genericamente como **INDUSTRIALIZAÇÃO, DESEMPREGO TECNOLÓGICO, DESEMPREGO ESTRUTURAL, MIGRAÇÃO, URBANIZAÇÃO.**

A partir da segunda quinzena de maio, as secretarias de Saúde, Segurança Pública e Finanças vêm realizando operações conjuntas de repressão ao comércio ambulante; essas incursões periódicas praticamente acabaram com a movimentada "feirinha" que funcionava ao lado do Hospital Distrital o mesmo sucedendo com os camelôs e vendedores de churrosinhos da plataforma superior da Rodoviária. Os ambulantes incomodam por vários motivos — para a Secretaria de Finanças trata-se de um comércio clandestino, não cadastrado, exercendo uma concorrência desleal com os comerciantes que pagam impostos; para a Secretaria de Saúde, o que representa uma ameaça são os produtos alimentícios, dos quais não se conhece a origem, não sofrendo nenhum tipo de fiscalização sanitária no seu preparo e vendidos sem as melhores condições de higiene (argumentam os fiscais que os vendedores não têm coragem de comer o que vendem, e citam o caso de uma velha, na feira de Taguatinga, que recolhia as galinhas doentes, mortas, com o pretexto de jogá-las fora, e usava as mesmas para fazer vistosas "coxinhas de galinha"); finalmente, a Secretaria de Segurança participa das operações para evitar reações violentas por parte dos ambulantes, ao terem os seus bens expropriados. Alegam os fiscais que entre esses

vendedores encontram-se todos os tipos de marginais, incluindo assaltantes e traficantes de drogas, muitos deles "fichados" na SSP.

Essa ação repressiva fundamenta-se no Decreto no. 2837, de 20 de fevereiro deste ano, que no artigo 4o., item VI, considera competência da Divisão de Fiscalização Sanitária, subordinada à SES, "reprimir o comércio ambulante de produtos alimentícios em locais não permitidos pela saúde pública", ou seja, em toda a área do DF. A coisa nem sempre foi assim: o Decreto no. 395, de 16 de março de 1965, regulava o comércio ambulante e provisório e dava outras providências, entre elas proibir a venda de armas, bebidas alcoólicas, remédios, jóias, relógios e eletrodomésticos, e vedar o seu exercício nos logradouros e vias públicas, nas portas de colégios, lojas ou edifícios, ficando restrito ao interior das superquadras. Como o comércio ambulante segue as leis do mercado antes de qualquer outra, os camelôs teimavam em vender suas "jóias e relógios" na Rua da Igreja e os vendedores de doces e frutas procuravam sempre as portas dos colégios. Assim, por os ambulantes não respeitarem a legislação, o Decreto no. 395 foi revogado e o comércio ambulante, proscrito em todo o Distrito Federal,

VAGABUNDOS

Para o chefe da Divisão de Fiscalização Sanitária, Waldyr Barnabé, o problema dos vendedores ambulantes será resolvido pela apreensão de suas mercadorias, tantas vezes quantas necessárias, até a sua extinção. Mesmo reconhecendo que trata-se de uma questão complexa, que envolve diversos fatores sócio-econômicos, Barnabé prefere ver apenas o lado fiscal e preconiza a repressão, mesmo porque, para ele, os ambulantes não trabalham regularmente por purviagem. — Sabe, rapaz, esse pessoal não quer é pegar no pesado. Você pode ir lá no Ministério do Trabalho e ver o tanto de vagas para serente que tem, mas o sujeito prefere vender churrosco de carne estragada lá na Rodoviária — afirmou.

A mesma espécie de "visão" é compartilhada por José Batista de Camargo, da Seção de Mão-de-Obra e Colocação de Trabalhadores, Delegacia Regional do Trabalho. Para Camargo, há vagas no mercado de trabalho constantemente, para a mão-de-obra desqualificada como é o caso dos ambulantes — por exemplo, durante o mês de maio não foram atendidos 127 pedidos de serventes e 12 pedreiros por falta de candidatos. Mesmo

aceitando que isso tem algo a ver com migração, salário-mínimo e educação, Camargo acha que o pessoal não trabalha "com a carteira assinada" por mera vagabundagem.

De uma certa forma, essa maneira como os burocratas encararam o problema do subemprego não é de todo preconceituosa: uma tradição brasileira, herdada da escravidão e bastante difundida entre a população, assegura que o trabalho servil "é coisa de preto"; melhor, bem melhor é o subemprego, ainda que fugindo dos fiscais, pois dá a ilusão de uma autonomia. O subemprego (ou "desemprego disfarçado", "invisível", "potencial") pode ser definido como uma situação em que a força de trabalho se encontra ociosa parte do tempo, ou, se está trabalhando, a produtividade é muito baixa, acarretando uma renda mensal pequena em relação aos padrões vigentes (H. Hoffmann — "Desemprego e Subemprego no Brasil"). No caso de Brasília, a questão é a seguinte: por que um camarada irá trabalhar como servente de pedreiro, ganhando 600 cruzeiros por mês, se um vendedor de tangerinas da Rodoviária fatura uma média líquida diária de 80 cruzeiros, chegando a 150 nos fins-de-semana? E um vendedor de churrosinhos, em frente ao Conjunto Nacional, vende de 200 a 300 por noite, ao preço de 1 cruzeiro cada?

TRABALHADORES:

A Luta Contra os Acidentes

Celso de A. Brito

Em 1973 mais de um milhão e meio de trabalhadores no Brasil foram acidentados em serviço, conforme discurso do senador Franco Montoro, em sessão do dia 13.06.74. De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Seguros Sociais, Brasília é proporcionalmente, recordista em acidentes de trabalho no país. Foram vitimados em 1973, 21.626 pessoas, número este que superou os verificados nos Estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Maranhão, computados conjuntamente, durante o mesmo ano. Em 1974 o número de acidentados em Brasília cresceu para 21.984 casos, sendo 62 fatais. Estes índices em Brasília estão vinculados diretamente às variações no ritmo da construção civil.

Há oito anos em Brasília trabalhando na construção civil, José Luciano de Andrade caiu de um andaime e fraturou as duas pernas. Casado, 6 filhos, está há mais de dois anos encostado no INPS. Agora, parcialmente recuperado quer partir para outro tipo de serviço menos pesado. Segundo ele, o que recebe do INPS não é o suficiente para sustentar a família.

A legislação classifica em 3 grupos distintos os acidentes do trabalho: o de tráfego, ocorridos no percurso da residência para o trabalho ou vice-versa; o típico, que ocorre no próprio local de trabalho e é o mais frequente, e a doença do trabalho, diretamente relacionada com a atividade exercida e que cause a redução permanente da capacidade de trabalho.

Dos 21.984 acidentados em Brasília no ano passado, 194 foram vitimados no tráfego, sendo o restante acidentes típicos, com apenas 5 pessoas com doença causada pelo trabalho. 110 trabalhadores foram aposentados pelo INPS, já

que ficaram incapacitados para continuar exercendo suas profissões.

A redução da capacidade produtiva é classificada dentro de critérios bastante elásticos da seguinte maneira: trabalhadores que tiveram de 1% a 25% e de 30% a 60% da capacidade reduzida.

O próprio presidente Geisel, reconhecendo o elevado número de acidentes de trabalho no Brasil, quando da realização do XIII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes, no ano passado em São Paulo, ressaltou que as perdas da economia brasileira, devidas a acidentes do trabalho, se elevaram em 1973 a mais de um bilhão de cruzeiros. Isto sem contar os custos indiretos que elevariam a 5,2 bilhões de cruzeiros os prejuízos, tendo o Brasil despendido no atendimento a acidentados do trabalho 70% do total gasto pelo INPS em assistência médica e toda população beneficiária.

Entretanto, apesar das graves consequências econômicas e sociais geradas pelos acidentes do trabalho, toda a legislação que visa fazer com que as empresas ofereçam melhores condições no trabalho têm sido burradas. A Portaria 3.237/72 determinando que todas as empresas com mais de 100 empregados mantenham Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPAs, prestando serviços de segurança e medicina de trabalho, não foga à regra.

Em Brasília, por exemplo, onde é grande a demanda na construção civil, com inúmeras construtoras empregando mais de 100 pessoas, as CIPAs praticamente inexistem, sem que se tome quaisquer providências e sem uma fiscalização rigorosa. Vale ressaltar que 85% dos acidentes do trabalho ocorrem aqui justamente neste ramo de atividades.

João Jesus da Conceição, há um mês em Brasília — (23 anos) e com 2 filhos fraturou o braço quando descarregava mármore de um caminhão. Trabalhando na Construtora Camargo Corrêa, Antonio Pedro da Silveira teve uma perna fraturada ao cair de um andaime.

Além destes acidentes existem outros tipos que frequentemente ocorrem o que bem demonstram o desleixo para com a integridade física do trabalhador. Ferimentos com pregos, por exemplo, é uma constante nos canteiros de obras, sendo difícil encontrar um operário que

nunca tenha sido vitimado. Este tipo de ferimento, não raramente pela incidência elevada que ocorre, é tratado de maneira inadequada levando o acidentado a contrair tétano.

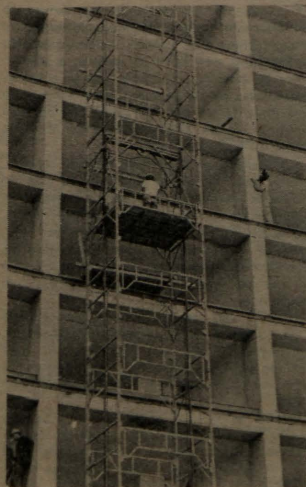
No entanto, outros fatores contribuem para que o índice de acidentes de trabalho se mantenha alto, tendo ocorrido em 1974 uma média de 61 acidentes diários, em Brasília.

A jornada de trabalho de 10 horas diárias, cumpridas por quase todos os trabalhadores da construção civil, em que pese serem pagas as horas extras, esgota o trabalhador fisicamente, pela própria natureza do trabalho, que é pesado. Este esgotamento físico reflete-se na sua capacidade de manter a atenção concentrada no serviço que realiza. Tudo isto, aliado a uma alimentação deficiente, colabora para que o número de acidentes seja elevado.

A forma de como são transportados os trabalhadores pelas empresas, amontoados nas carrocerias de caminhões é além de exaustiva, perigosa. Foge das normas estabelecidas pelo DETRAN. A polêmica é sempre levantada quando ocorrem acidentes de maiores proporções, caindo em seguida no esquecimento, sem que haja mudança.

Conversando com vários acidentados que se acumulam no Posto de Acidente de Trabalho, no Setor de Autarquias Sul pode-se notar que são pessoas analfabetas e semi-analfabetas e que não têm consciência acerca da segurança existente nos seus trabalhos. Normalmente atribuem os acidentes a descuidos próprios e pouca culpa imputam às empresas. Alguns técnicos atribuem ao despreparo e desqualificação dos operários grande parte dos acidentes, não sabendo eles se utilizarem do material preventivo porventura existente.

Enquanto isto, campanhas e campanhas de prevenção de acidentes são feitas através da televisão e cartazes; seminários, conferências e congressos são realizados para debater o problema. Para o senador Franco Montoro o INPS deve cumprir a obrigação que lhe é imposta, devendo o Ministério do Trabalho dinamizar seus serviços de higiene e segurança, no sentido de fiscalizar o cumprimento da legislação.



Mozart Farias Viana, 45 anos, empregado da Construtora Camargo Corrêa, cearense, casado, 7 filhos, sofreu ferimento com vigas de aço enquanto trabalhava. Está parado há 2 meses e teve um engano no seu último pagamento: somente recebeu o salário-família.

Existem atualmente na Ceilândia, 15.296 barracos, muitos dos quais verdadeiros cortiços, abrigando uma média de 6,95 pessoas cada um. É comum a locação de quartos, nas casas de famílias numerosas.

O caso de Maria Neusa Nascimento de Sousa é característico da Ceilândia. Grávida do nono filho, Maria Neusa chegou do Recife há dois anos, acompanhando o marido e trazendo os oito filhos menores. Tinham ouvido falar que em Brasília a vida era mais fácil. Hoje, o marido trabalha numa loja do Plano Piloto e ganha um salário mínimo. Ela, trabalha como faxineira para uma companhia de limpeza ganhando também a mesma quantia. Residem, os onze, em dois cômodos de um casebre de tábuas, alugados por 150 cruzeiros. No mesmo barraco residem mais três famílias. Ela reclama e chama a casa de "cortiço". O fogão está ao lado de uma cama, numa das peças. Banheiro não existe. Fora da casa há um quatinho de tábuas, com um buraco no chão. "Até banho de cuia a gente toma ali de vez em quando", diz Maria Neusa, mas dá graças a Deus porque nenhum dos filhos teve meningite.

O posto de saúde da Ceilândia foi inaugurado em 1972 e o seu custo foi de 2.065.700,00 cruzeiros. Destinado a atender apenas a parte ambulatorial, tenta fazer medicina preventiva o que é muito difícil, diz o vice-chefe da unidade,

pois a população da Ceilândia é bastante pobre e não tem condições básicas de higiene.

O posto conta com 7 médicos para atendimento e funciona apenas de segunda a sexta-feira. Quem adoecer, fora deste período precisa se deslocar até Taguatinga, cujo Hospital Distrital dista cerca de 10 quilômetros.

Diariamente são atendidas no posto de saúde da Ceilândia, cerca de 250 pessoas, cabendo a cada médico, o atendimento de 30 clientes, no mínimo, nas especialidades de pediatria, ginecologia e clínica médica, apenas. O posto mantém ainda um sistema de visitação familiar e um serviço de vacinação. No primeiro trimestre deste ano foram aplicadas 36.184 doses de vacinas dos diferentes tipos. O vice-chefe do posto disse que o trabalho de vacinação é bem feito e que praticamente inexistente ocorrências de doenças preveníveis por imunizações.

Com os pés descalços, sujos, cheirando mal, sofrendo de verminose e apresentando sinais de desidratação, chegam, crianças, diariamente, em grande número, ao posto de saúde da Ceilândia, pertencente a Fundação Hospitalar do Distrito Federal. O problema é de difícil solução, diz o vice-chefe da unidade, Alvimar Macedo. Os pediatras do posto recomendam às mães que, principalmente neste período do ano, quando a



Como Evitar a Desidratação se não há Água

estiação já começou em Brasília, banhem muito seus filhos, para evitar desidratação. A medida, embora pareça simples, é de difícil execução, porque a maioria da população que ali reside, não tem água em suas casas, servindo-se de torneiras públicas.

Alguns dos médicos do posto de saúde da Ceilândia disseram que costumam reclamar às mães, do mau cheiro exalado pelas fraldas dos filhos. Amônia pura. Mas elas apenas sorriem e perguntam o que fazer, se mal têm água para cozinhar.

A falta de água na Ceilândia - apenas 112.466 metros de rede de água e a ausência de coletores de esgotos, para uma área total de 13 quilômetros quadrados, são os principais problemas de saúde da cidade-satélite que foi planejada e construída para abrigar em 1972, quando pronta, 80 mil favelados que viviam em Brasília, em condições consideradas "subumanas". Hoje, em número de 106.306, seus habitantes não vivem muito melhor.

Embora não apresentem dados estatísticos, os médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal afirmam ter sido a Ceilândia, a cidade-satélite que mais números de portadores de meningite apresentou nos últimos dois anos.

No que diz respeito a mortalidade infantil, a Ceilândia apresentou no ano passado, o maior índice do Distrito Federal, com 118,4 óbitos por grupos de mil habitantes, superior à média brasileira de 105 por mil. A mortalidade por doenças transmissíveis atingiu, na cidade-satélite, a taxa de 342,0 óbitos em cada cem mil habitantes.

HABITAÇÃO

Moradia também é outro problema para a população da Ceilândia. A renda familiar de seus moradores varia entre um e três salários mínimos, sendo que a maioria dos chefes de família são operários na construção civil de Brasília.



A transferência da capital federal para o Planalto Central pode ser considerada como um dos esforços mais significativos de planejamento regional já realizados no país. Embora o caráter futurista e a função integracionista de Brasília dificultem uma avaliação imediata, a simples constatação da presença, em 1971, de uma população com mais de meio milhão de habitantes em terras do Distrito Federal, ultrapassando as expectativas iniciais, dá bem a medida da importância desta transferência já prevista na primeira constituição republicana de 1891.

"Brasília não é uma cidade qualquer, uma cidade igual a tantas outras, para servir de palco aos tantos erros existentes, nas velhas e desorganizadas comunidades, em Brasília não deverão se desenvolver os sistemas de vida já definitivamente banidos das nações civilizadas nem em Brasília deveriam as autoridades consentir na implantação dos mesmos métodos rotineiros em vigor por esse Brasil afora; Brasília não é uma cidade qualquer, mas a Capital do Brasil, planejada e idealizada para tal" - (texto extraído do Anuário de Brasília - 1973).

Realmente, esta cidade é bastante incomum e talvez seja única no mundo.

Como já disse o poeta brasileiro: "Menina moça, te fizeram capital" - uma cidade com pouquíssimo tempo de existência que tem atividades de cidade grande, de capital do país.

Com o tempo, Brasília vem realmente consolidando a sua função específica para a qual foi criada - a função político-administrativa.

Porém, hoje, não somente as cúpulas ministeriais se transferem para o Distrito Federal, mas também um contingente considerável de trabalhadores, dos mais variados setores.

Devido, exatamente, à esta estrutura pré-concebida de cidade político-administrativa, o indivíduo, que aqui reside, vive sob tensão.

Os imensos espaços vazios, as inúmeras áreas verdes, ao invés de satisfazerem o homem, fazem com que se sinta cada vez mais só e inseguro.

Para piorar ainda mais este estado de espírito, o brasileiro não encontra, aqui, algo

Brasília: uma cidade sob tensão

Carmem Coutinho dos Santos



ou algum lugar onde possa se expandir, esquecer seus problemas.

Outro ponto a ser considerado refere-se às rápidas transformações, ou mudanças, pelas quais vem passando a cidade e, consequentemente, o brasileiro. Inicialmente, e até pouco tempo atrás, pessoas vindas de cidades grandes ao conviverem com outras, de áreas menos desenvolvidas, intercambiavam hábitos e costumes; e Brasília não era mais do que uma "grande cidade do interior" - uma cidade simples, onde a vida transcorria pacatamente,

sem corre-corre, num ritmo mecanicamente equilibrado.

De repente, o brasileiro, que estava habituado a ir, tranquilamente, de casa para o trabalho e vice-versa; e nos fins-de-semana curtir seu clube, é obrigado a modificar seus hábitos. Nos clubes, ou não encontra estacionamento, ou não encontra a paz que procura, e é obrigado a afastar-se da cidade, ou ficar em casa; e durante a semana, deve mudar seus horários, se não quiser passar por terríveis e ilógicos engarrafamentos.

Brasília, com seus 15 anos de existência, já é

uma cidade problema.

É uma cidade extremamente contraditória, pois, ao mesmo tempo em que condiciona o indivíduo ao constante estado de tensão emocional; onde, por exemplo, o número de divórcios é altíssimo, com relação às dimensões e tempo de vida da cidade, apresenta um índice inexpressivo de suicídios.

Por ser composta por uma população heterogênea e, devido aos seus 15 anos, Brasília ainda não tem costumes, não tem tradições, nem pontos pitorescos, em termos de perfil do povo.

O brasileiro, durante todo este tempo, só tem absorvido: a responsabilidade do paulista, a comunicabilidade do carioca, a simplicidade do nordestino, a arrogância do gaúcho, a desconfiança do mineiro... Como seria possível tantas contradições coexistirem, em um só lugar, com estas dimensões e em tão pouco tempo, sem terem, para onde se expandirem ou atuarem, sem deixar marcas no homem?

E foi exatamente por isto que, de repente, ocorreu um imenso desequilíbrio na vida do brasileiro, causando um já constante estado de esgotamento nervoso, de perda de consciência.

Segundo Gunter Kohlsdorf, arquiteto com curso de Pós-Graduação em Urbanismo na Alemanha e professor da UnB o principal erro de Brasília está no próprio conceito de planejamento.

Para ele, este "esquema" de comércio locais e das próprias superquadras está, desde já, ultrapassado e torna-se ineficiente. O mais acertado seria se tivessem definido, inicialmente a infra-estrutura da cidade e, daí, partir-se para o resto.

Gunter se referiu, ainda, ao fato de que Brasília foi previamente distribuída em classes. A cidade está dividida em pseudo-bairros, onde os indivíduos são "separados" segundo renda ou status.

Realmente foi um "arroyo" fazer Brasília, sem medir consequências, o que a tornou um monumento frio, tão "diferente quanto desumana".

E, hoje, o homem, o brasileiro, não é mais "o homem da cidade-modelo", da cidade perfeita; ele está se transformando em massa, em número, em produto...

TO BE OR NOT TO BE MUSICO EM BRASÍLIA: EIS A QUESTÃO

Marcos Antonio Castro



Pode-se dizer, a priori, que o problema não é a falta de bons músicos e compositores. Pelo contrário. Após várias entrevistas com diversos elementos de conjuntos e de orquestras constata-se que o problema está mais ligado à limitação do campo para a expansão desses artistas.

Festivais? Shows? Devez em quando. Quem quiser sobreviver tem que tocar em bailes nos fins-de-semana. Mas até isso é difícil. Nenhum clube em Brasília, principalmente no Plano-Piloto, mantém bailes aos fins-de-semana frequentemente. O Minas Brasília Tênis Clube só faz três bailes por ano: O Baile das Rosas, Reveillon e Aniversário do Clube. O Congresso, nenhum. O late, fita aos sábados. E assim por diante. Os outros clubes de vez em quando dão um bailezinho, mas pagam pouco.

Existem uns quinze conjuntos trabalhando em Brasília, envolvendo uma centena de músicos aproximadamente. E eles precisam ser, obrigatoriamente, matriculados na Ordem dos Músicos do Brasil e para isso têm que passar por um teste prático e teórico formulado por este órgão. Além disso, para que sejam liberados para trabalhar, têm que ser registrados no Serviço de Censura e Diversões Públicas. A essas instituições caberia, evidentemente, cuidar de determinados interesses dos músicos. Mas, muito pouco, ou praticamente nada tem sido feito neste sentido.

Brasília possui conjuntos musicais plenamente comparáveis aos melhores do Rio e São Paulo no que diz respeito à qualidade musical e à capacidade de comunicação com os mais diversos tipos de público.

O Super "Som 2.000, por exemplo, um dos conjuntos mais organizados do Distrito Federal, constantemente é contratado para shows e bailes nas principais cidades brasileiras. Todo ano, por exemplo, este conjunto é convidado para animar a festa de aniversário do Clube Monte Líbano do Rio de Janeiro. Essa preferência é resultante de um bom trabalho executado pelo grupo brasileiro.

ÊXODO

A limitação do campo de trabalho em Brasília é, na maioria das vezes, responsável pelo êxodo de muitos valores que tiveram aqui sua formação musical e profissional. Um dos bons conjuntos de São Paulo, o "Corrente de Força", por exemplo, é totalmente formado por músicos brasileiros, que trabalharam muito anos no Distrito Federal carecendo de uma abertura maior para darem ênfase às suas qualidades artísticas.

Brasília também não possui uma boa gravadora. Consequentemente, os artistas que aqui despontam, se quiserem fazer um disco com qualidade, têm que ir para o Rio ou São Paulo. Os estúdios que existem disponíveis são apenas utilizados para fazer "jingles" para o Rádio e TV.

O PÚBLICO

O público que frequenta as festas de fim-de-semana nos clubes de Brasília é bem heterogêneo. Consequentemente o conjunto tem que apresentar um repertório bem versátil. A maior parte desse público é formada por adolescentes com

os mais variados gostos musicais. Uns vão ao baile a fim de música lenta. Outros a fim de música quente. Uns a fim de "sacar um som", outros a fim de "paquerar". Enfim, nem sempre os conjuntos conseguem agradar gregos e troianos.

As músicas solicitadas pela maioria dessa juventude, em geral são as mais baixas em termos de qualidade. Se o conjunto executa Jazz, Clássico, ou algumas populares de Milton Nascimento, Chico, Ray Charles ou Burt Bacharach por exemplo, somente uma minoria é atingida porque o resto do público não sabe apreciá-las.

Esses jovens foram absorvidos pela música de consumo. As grandes distribuidoras, como a Som Livre, por exemplo, descobriram a fórmula de produzir, música que atinge em cheio, a "massa". E através de propagandas incessantes conseguem persuadir essa "massa" a gostar daquilo que eles produzem.

A exigência do público, de certa forma "modela" o repertório dos conjuntos porque eles devem interpretar aquelas músicas de que a "massa" gosta para sempre se manterem em evidência. E essas músicas de consumo geralmente são muito simples e são compostas com uma harmonia muito "quadrada" para que atinjam facilmente ao público. E se o conjunto faz um arranjo mais sofisticado para quebrar sua monotonia e enriquecê-la harmonicamente, o público protesta dizendo que foi tirada a "originalidade" da música.

Dentre os vários problemas que dificultam o progresso dos músicos e compositores de música popular em Brasília, quais se destacariam como mais diretamente responsáveis por esta situação? Poderíamos atribuir essa responsabilidade ao fato de Brasília ser ainda uma capital muito jovem? Seria a limitação de mercado? A inexistência de uma boa gravadora? Ou o desinteresse do público e dos artistas por uma interação musical mais dinâmica?

O equipamento de um conjunto tem que ser bom para que se consiga fazer som ao vivo com qualidade. Isso significa que a aparelhagem deve ser importada porque a indústria nacional ainda deixa muito a desejar no que diz respeito à fabricação de bons instrumentos e aparelhos de som. E esses produtos importados como se sabe, são três vezes mais caros que o nacional.

O equipamento do Super Som 2.000 por exemplo, entre instrumentos, amplificadores, microfones, etc., está avaliada em torno de cento e cinquenta mil cruzeiros, aproximadamente. E os melhores clubes de Brasília pagam de seis a oito mil cruzeiros por apresentação. Nem sempre pode-se contar com esses bailes, no entanto.

No caso específico deste conjunto, a situação não é tão ruim. Seu empresário faz a programação antecipadamente e vende as melhores datas do ano em Minas, Goiás, Rio e São Paulo. Mas a maioria dos conjuntos quando não conseguem um bom contrato têm que tocar matins dançantes nas cidades-satélites ou enfrentar boates e "infernhinhos" que pagam uma média de cem cruzeiros por noite para cada elemento.

Enfim, pode-se dizer que essa situação é, de certo modo, um reflexo do fato de Brasília ser ainda uma capital nova onde os interesses estão mais voltados para outras áreas. O campo artístico e musical, assim como outros, era bem pior há alguns anos atrás. Felizmente, à medida que a capital cresce tem-se observado um simultâneo progresso no setor musical, e nas outras artes de uma forma geral.

CINE-CLUBE: UMA OPÇÃO PARA A FALTA DE BONS FILMES

Deste que Lumière inventou o cinematógrafo, uma nova indústria foi criada — o cinema. A exploração comercial das imagens em movimento. No entanto, paralelamente ao cinema puramente comercial, feito apenas com o único intuito de lucros, desenvolveu-se um cinema criativo, cuja preocupação maior era buscar uma linguagem própria, consciente da sua capacidade de documentação e de seu papel dentro da sociedade.

Este cinema, no entanto, nunca atingiu dimensões populares necessárias para se desenvolver como uma verdadeira "indústria de arte". Nem sequer conseguiu que a maior parte do público a que era dirigido o aceitasse incondicionalmente, ao contrário dos filmes comerciais que conseguem cada vez mais público.

Hoje a situação está bem delineada: chanchadas surgem a cada instante, temas "popu-

lares" como sexo, violência, são explorados de maneira a tornar o público dependente deste tipo de filme. O chavão "cinema é a maior diversão" continua válido como nunca. E o pior, a influência do cinema comercial de apelos baratos acaba gerando problemas sociais, em vez de questionar esses problemas ou tentar resolvê-los. A censura, a mais ferrenha adversária do cinema de arte, é ao mesmo tempo a maior aliada do cinema meramente comercial. Os temas abordados já evidenciam sua nocividade, principalmente em países subdesenvolvidos, onde são completamente ignorados os efeitos que estes temas podem causar. Pandoxalmente são até incentivados.

Recentemente uma pesquisa realizada pela Secretaria de Serviços Sociais do DF na Ceilândia, constatou que filmes violentos e pornográficos exibidos no cinema local estavam in-

fluenciando o comportamento conjugal de alguns casais. Esposas entrevistadas responderam que seus maridos ficavam mais violentos depois de assistir filmes deste tipo.

Conscientes deste problema, ou por mero amor ao cinema de arte, entidades oficiais, grupos de estudantes e até mesmo empresas comerciais procuram formar um público que pelos menos passe a deixar de ver cinema apenas como uma diversão. O cineclube no Brasil surgiu justamente da necessidade de se tornar posição diante dessa deterioração dos valores reais da nossa gente e de uma verdadeira e forte cultura. Mas uma luta onde o adversário se mostra muito forte, como neste caso, a verdade é que as cinematografias têm passado por uma série de dificuldades, principalmente financeiras, e raramente o obje-

tivo de se atingir a grande massa e de mudar o mau hábito quanto ao cinema era conseguido. Quase sempre o público frequentador dos cineclubes se restringia a uma elite mais conscientizada.

Um trabalho que vem sendo feito por alunos e professores do curso de Jornalismo da UFPA, por outro lado, já procuram uma nova abertura em termos de público. Além dos frequentadores habituais de um cineclube, são arrolados estudantes de 20. grau, com idade média de 16 a 18 anos e moradores do bairro de Campinas, onde está localizado o cinema, ali são apresentadas as sessões especiais. Durante a semana o cinema apresenta filmes de caratê, jiu-jitsu e porno-chanchadas. A própria localização do mesmo, longe do centro, num "cinema poeira" frequentado por pessoas da classe operária, naturalmente

proporciona uma frequência diversificada. Para os organizadores do cineclube, basta que o público venha, pois a "partir daí é que começa nosso trabalho."

Em Brasília, entretanto, surge uma nova faceta: o "cineclube comercial". Em atividade efetiva existem apenas o Congresso I e o Clube de Cinema da Fundação Cultural. O segundo tem como objetivo principal mostrar a um público já formado, obras de arte ainda não apresentadas no circuito comercial ou já de retorno improvável. Em suma, alimentar o público com um tipo de cinema que não se vê nos circuitos normais.

Já o Congresso I é tido por uma boa parte do público que o frequenta, como uma "empresa de cinema sob a máscara de cineclube", onde os lucros são colocados acima de qualquer outro propósito. Os preços cobrados (tratando-se de

uma atividade não-profissional são considerados exorbitantes, o que já afugenta naturalmente o público a que ele se dirige (estudante). Quem quiser informações suficientes sobre o filme apresentado, poderá obtê-las no próprio cinema, sob a forma de volantes mimeografados como ficha técnica do filme e um curto comentário. Para isso, entretanto, terá que pagar Cr\$ 2,00.

Mas a pobreza das programações dos cinema de Brasília e a falta de outras atividades culturais, possibilita e até mesmo incentiva a sua existência.

Numa capital onde o teatro é uma variação, a vida noturna, não existe e shows artísticos são sonhos dourados que aparecem, quando muito, duas vezes por ano, era de se esperar que o cinema fosse o melhor entretenimento. (Orestino, Norma e Aurélio)



folclore, turismo, um imenso leilão

FESTA DO DIVINO

SANTA CRUZ DE GOIÁS - Primeira capital da Província de Goiás, antes de Villa Boa (atual Goiás Velho). Com a descoberta do ouro, no início do século XVIII, começou o povoamento da Província. O território aurífero de Santa Cruz foi descoberto em 1729, por um certo Manoel Dias da Silva, que o assinalou com uma cruz de madeira em que gravou as seguintes palavras: "Viva el Rey de Portugal". O povoado foi elevado à categoria de Vila em 1835, e em agosto de 1884 atingiu a condição de Cidade.

Mas da marca de Portugal e da África resta muito pouco. O povoado se transformou em vila, a vila se elevou a cidade. E a cidade está assumindo as suas características: o progresso transforma os costumes, os jovens saem para estudar fora e quando voltam à terra de seus pais, acabam por transformá-la. Pouco a pouco as coisas que eles deixaram vão se acabando.

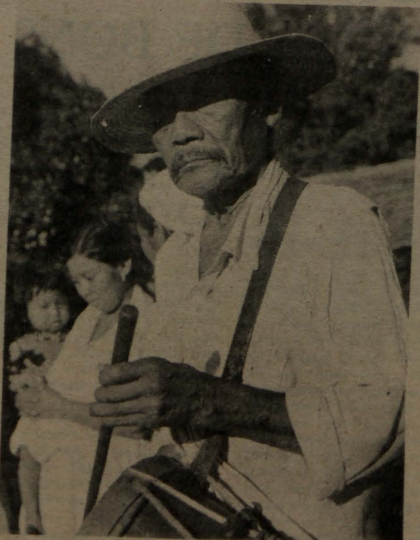
A Festa do Divino, uma das tradições de Santa Cruz, hoje não é mais que um resquício daquilo que foi, há alguns anos, uma manifestação pura do agradecimento e ao mesmo tempo de respeito a um legado deixado pelos portugueses: o sobrenatural, o superior como forma de controle humano, o instituído. No entanto, o papel da Igreja, apesar de ainda ser o de controle da população, se desvirtuou sob objetivos menos nobres que os de tempos atrás.

Mas ainda se pode sentir o encontro do povo do interior. Os modos grosseiros, a ingenuidade, o instinto, as amizades desinteressadas, fraternais, felizmente ainda não desapareceram. É quase como se as pessoas que ali nasceram e viveram sentissem que a terra estava sendo invadida (como no tempo do ouro) e eles precisassem agir de alguma maneira para impedir esta invasão. No único bar da cidade, numa rua de canto, a cachaça, o violão e a sanfona, pareciam querer abafar a estridência do alto-falante na praça principal berrando as qualidades de um pedaço de leitão, avidamente disputado por um sem número de pessoas. O leibeiro, sabendo que tinha de aproveitar, não se



"Em vem cada ano tombando, tombando, e em vai indo... Pois é, festa aqui já foi boa agora hoje acabou."

Logo na entrada de Santa Cruz, a única pensão da cidade, propriedade de uma senhora, "dona" Maria do Cabrito. Bem perto do bar, e perto da cadeia também. Foi nessa pensão que um antigo morador de Santa Cruz concedeu esta entrevista, bastante espontânea (na certa ele imaginou que o gravador sobre a mesa era um rádio que não funcionava).



"O padre quer é o cobre."

acanhava e logo conseguia um preço altíssimo pelo quarto de leitão, pago talvez pela mesma pessoa que há uma semana atrás o havia doado à Igreja.

O aceso da festa na praça (a própria festa há 10 anos atrás) era no bar. Ali era onde se encontravam os compadres, onde o cheiro de suor se elevava no ar, vindo do salão de danças (improvisado entre as mesas de sinuca), onde se reunia a população de Santa Cruz, marginalizada da nova Festa do Divino - ou por não ter dinheiro para o leilão, ou por não admitir que a festa agora era aquilo que haviam feito dela.

Na praça (onde o dinheiro falava mais alto) e no bar (onde a alegria do forró e da cachaça não conseguia esconder a decepção no olhar) o Divino foi festejado durante toda a noite. Pela madrugada, já quase dissipados os efeitos do álcool, bolsos vazios, olhar apagado, corpos satisfeitos e cansados, a cidade é de repente, acordada pelo brilho e pelo seco barulho de foguetes espoucando sobre os telhados. É a banda marcial da cidade, anunciando a alvorada festiva. O "Sargento", líder da banda e da população comandava a execução do dobrado. O olhar severo e a cara fechada impunham o respeito, ninguém ousava sair do ritmo, um ritmo alegre que seguia por todas as ruas, abrindo portas e janelas, arregimentando voluntários que logo se deixavam comandar pela batuta do Sargento, orgulhoso general de exército de bêbados e sonolentos soldados que seguiam hipnotizados pela combinação dos sons a sair da tuba e do trombone, do prato e do tarol.

Nesta hora (já era noite e ainda não era dia, por certo o Divino reconheceu sua festa. A banda a ressuscitava na praça, em frente à barraca, perto da Igreja e por fim na casa do festeiro, patrono das festividades. Lá uma farofa caprichada esperava o pessoal. Farofa de frango e leitão, com muita pimenta e gilo, pinga a vontade, para espantar o sono."

hoje, ó... acabou tudo.

C - Por que o senhor acha que acabou?

V - Ah, pro que o... pelo que era, hoje acabou.

C - Quem fez acabar?

V - Uai, sei não, só?

C - Parece que o povo de fora tomou conta da cidade, né, parece que tem muito mais gente de fora fazendo a festa do que a própria gente aqui da cidade...

V - Iiiiit outra... eles pega e

Santa Cruz de Goiás, devido à mineração do ouro, contou com um elevado contingente de escravos. Seus descendentes, até há pouco tempo, davam um colorido particular à Festa do Divino de Santa Cruz, com as festas de rua: congada, contra dança - em que os homens dançam vestidos de mulher e vice-versa - e a famosa cavalhada. Para os moradores mais velhos, quem acabou com as festas de rua foram as freiras do Ginásio local, que consideram essas danças "indecentes". Já o velho Agenor acha que a culpa é do padre, que comercializou a festa ao máximo, tornando-a um imenso leilão.

quer só os cobre, o padre, pega os cobre e pronto, ó. Não, eu acho que tá por todas as partes, né? ... não, eu faço em mal falar, porque eu, minha religião desde que eu nasci é católica. Mas é... errado eles anda, porque eles quer é só o cobre...

C - O padre quer, não é?

V - Num pode, uai eles tem que pegar, tira um pouco para eles e faz o outro pro povo, uai, né? ... Hoje mesmo eu ainda falei isso, aí no caminho... e o sujeito acho que não achou bom. Uai, e barraca...

Cobrar 80 conto num num, pruma mesa, gente... num tem cabimento, uai!... não, é roubado na cara do sujeito, né!!?

C - Quantos dias de festa que é?

V - Bom, aí... três dias.

C - Oitenta conto?

V - É... não, cé besta, só... ah, se eu entrar, pagar um inferno duma mesa dessa a hora que eu saí eu joga ela na cacunda e saio co'ela e ainda meto o pau nela.

C - Deixa em casa?

V - Não, e eu quebro ela no meio da rua. Pois é, siô, eu sei que a tal festa hoje é, é mão no bolso, né? Porque de

primeiro não tinha isso, o nego tirava, tudo, lá aqui e fazia a festa memo. Era de tudo... agora eles quer é só, ó. Num faz festa eu quero ver, né? Assim memo, uai, em acho que eles tá com cinquenta e tantos bezerro! ...

C - Quem, o padre?

V - É... eles tirou pela festa

C - Então nós vamos voltar daqui sem ver a festa de Santa Cruz?

V - É... esse ano num tem nada, mas nada mesmo. O padre quer... pro modo de comprar o vinho, né, beber...

É, uai, o pois o dinheiro é do povo, fazer festa é pro povo, né? Ah se eles ao menos, uai, cé vê os bezerro, acho que são cinquenta e tanto, pô barato... 15 milhões!... deve de dar, uai.

C - Eles ganha os bezerro?

V - Ganha, uai, sai com a lista aí, pede um, pede outro...

C - Depois vende?

V - É, agora vai no leilão.

C - O senhor viu o leilão agora, né? O cara pegava um pedacinho de leitão assim desse tamanho, começava com 50 cruzeiros e daí a pouco para 150, 200 cruzeiros...

V - Pois é, cé vê curmé que

Campus - Seu nome, qual é?

Velho - Agenor Mariano Ferreira.

C - Idade?

V - Cinquenta e seis anos, né?

C - O senhor é daqui mesmo?

V - Nascido e criado aqui.

C - Me diz uma coisa, o senhor sabe quantas pessoas mais ou menos moram por aqui?

V - Ah, aqui já me esqueci... isso eu sabia essa porra aqui tudo, agora já...

C - Deve ter umas duas mil, mais ou menos? Ou mais?

V - Não, acho que tem mais.

C - Essa cidade é muito antiga, né?

V - É, isso aqui é a primeira capital do... Goiás, é...

C - Do tempo do ouro?

V - É...

C - Aqui tem escavação do ouro?

V - Tem, uai, isso tinha, isso aqui cês anda por em volta dessa Santa Cruz aqui, ó, tem lugar nessa serra aí que ocês vão ver cada pilão que pode sumir o que for... que eles tiraram ouro. Que vê ocês andou aqui, tudo quanto é beira de corgo aí, tudo quanto é beira de corgo aí é lavrado...

C - E amanhã, o que vai ter na festa durante o dia?

V - Nada... num tem nada pro que o povo aí diz que não é pra fazer festa de rua... sempre tem a contra-dança, tem o

O velho Agenor, um camponês, típico cidadão do interior brasileiro - conservador, desconfiado de tudo, católico mas anticlerical, um misto de ingênuo e malicioso. Agenor relembra a Festa do Divino em Santa Cruz, nos seus bons tempos. Ele acha que a festa acabou, se comparada com a de antigamente; naquele tempo, vinha gente era de carro de boi. Mas ele não sabe dizer por que acabou.

congo, tem o ... cavalhada.

Desses trem num tem nada não. Tem não, ou acho que num tem não, né, uai! ... Eles quer é só os cobre... Não, eu tô bobo deles ter querido dinheiro é naquela barraca, aquele tebê de gente...

C - Tem muita gente, é?

V - Ah tem, uai... eu achei que aquilo, ó, tá... parado.

C - Quer dizer que não ter congo na rua, amanhã?

V - Cé sabe se o congo, meno o congo vai sari, velha?

Velha - Ah, não, porque se tivesse eles tava dançando hoje... né?

V - A gente num tá vendo esses nego aí, tudo na farda, né? ... Vou falar, a festa da Santa Cruz acabou...! E aí a vem, vem fracassando, é, o cada vez a mais. Que a festa aqui era boa. Quisse igual a lá de Trindade!...

C - Tá acabando, agora?

V - Tá, uai, cabando não, cabou!

C - Mas vinha muita gente, não vinha?

V - Não, o trem aqui era movimento memo...!

C - Isso tem quanto tempo, "au" Agenor?

V - Ah, isso já tem, já deve de ter um ... tem muito tempo já pra cá, uai, eu... eu sou nascido e criado aqui, desde menino essa festa topada aí, eu tô, já tô com 56 anos... o trem já de mudou absurdo.

C - Antigamente vinha muita gente de fora, também?

V - Vinha, vinha era gente de fora, vinha de carro, outros era... Pois é, eu vinha, aquilo ocê via isso, usava, arranchado aí por todo lado, é...!

C - E a cavalhada, era boa?

V - Ah, era... das milhó que tinha, aquela algarazra, agora



"Jeromim da Santa Barba, traz outra leitoazinha pra nós!... Senhoras e senhores, mais um leilão em benefício da paróquia de Santa Cruz de Goiás. Cinquenta cruzeiros... cinquenta cruzeiros por esta beleza de leitoa! Haja mais quem dê!!" O leilão, consumo supérfluo em uma economia de produção, ou mecanismo de autopromoção psicossocial? "Seu" Agenor acha que é tudo isso, e relaciona o leilão com o sacramento da eucaristia.

bobageira, né? Olha o que custa ao sujeito comprar uma leitoa, assar ela... pois é, ele compra uma leitoa boa aí por uns 50, 60, né, e ele assa bem assadinha, junta tudo ali, é... e come à vontade, né? Agora, o sujeito vai num trem daquele pra mostrar vantagem, um pedacinho lá, ó... Não, esses trem não me pega de jeito nenhum...! Eu o dia que quero comer uma leitoa vou lá na minha fazenda, ó, sangro uma, asso e como, bebo pinga até num poder mais... é, uai, agora fica com bobageira de leitoa pra mostrar vantagem pros outros, né? Eu não vou nesse trem não.

C — Quem compra essas leitoas são as pessoas que moram aqui, só mesmo pra dizer que tem dinheiro, não é isso?

Agenor Ferreira condena os veículos de comunicação de massa, especialmente a televisão. Não é uma condenação intelectual, mas sim ao nível dos sentidos — bem ao gosto de McLuhan. Escapou o rádio, porque a cultura do interior é uma cultura oral, e também porque o aparelho fica escondido num canto, sem ser o centro das atenções.

C — Velho, me diz uma coisa, aqui na cidade já chegou televisão?

V — Se tem televisão...? Tem...! Ai tem muitas casas que tem esse... essa anarquia aí.

C — Cé já viu alguma vez televisão?

V — O que é, se eu já vi? Já... C — O que que você achou?

V — Tsch... Num gosto daquilo não. Sabe pro quê? Aquilo pra mim que já tá de idade estraga a vista.

C — Estraga a vista e estraga a mente também.

V — Será que estraga?

C — Estraga, estraga o próprio pensamento da pessoa; eu acho que estraga sim, o senhor não acha não?

V — Não, eu achei negócio de vista. Vez em quanto eu olho aquilo mas eu dou uma olhada lá e fica pra lá, diz "compra uma" já falei que num quero esse capeta não.

C — Mas o senhor gosta dos programas, novela, futebol, esse negócio?

V — Não, futebol, novela, isso pra mim é sujo. Não, eu olho aquilo é só os trem que me agrada, se num me agradou também... largo de mão.

C — E o povo aí, gosta de

V — É, pra dizer, mas quando acaba a festa muita gente leva tombo!... Ah, o padre fica satisfeito, né, aí ele enche bem um copo maior desse vinho e revira, todo folgado, né?

C — E o povo... leva tombo?

V — É o que é?

C — O povo leva tombo?

V — Ah, o povo leva tombo e fica lá ainda olhando o padre beber, né... É, siô, o padre bebe aquele vinho, todo forjado, e ele ainda repete, e os outros tá lá olhando, né? Não, é, uai, hoje eu vou falar, num tem esse negócio não... Porque, eu a minha religião é católica, eu vou, vez em quando eu vou na igreja... mas é pouco. Agora, pedir a Deus a gente lá dentro de casa memo pede, né, só, e reza ali, né, mas de vez em quando eu vou, só pra mim vê.

televisão?

V — Iiiihi, tem, tem o que num tem junta na casa do outro aí fica pior do que arubu na carnicia. Ah eu não vou na casa do outro olhar televisão de jeito nenhum. E eu olho assim se eu cheguei na casa do sujeito eu quero conversar co'ele ele tá meio, meio ocupado com aquele trem eu dou uma olhada, do contrário não.

C — E o cinema?

V — Nem cinema, gosto de um rádio porque o trem é tudo lá escondido, e passou uma vez, pronto, né?

C — Será que por acaso a festa começou a ficar assim depois que chegou a televisão?

V — Não...!

C — Bem antes já?

V — Bem antes... Não, já... fracassou há há muito tempo.

C — Antes da televisão...

V — Muito em antes. Em vem cada ano tombando, tombando, e em vai indo... Pois é, festa aqui já foi boa agora hoje acabou.

C — É, o velho Agenor é gente fina, pode crer.

V — Esse povo aqui num gosta muito de mim, não... eles num gosta de mim aqui mais é nem...

NASCE UM JORNAL

Dirigido por um conselho eleito pela redação, feito com o trabalho e o dinheiro de mais de 300 pessoas, entre as quais mais de 100 jornalistas; nasce um jornal democrático:



Zuleica Porto

"A tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo, mas de ajudar a transformá-lo", é a explicação dada por Raimundo Pereira, ex-editor do "Opinião", para a criação de "Movimento", jornal que estará nas bancas no dia 7 de julho, e no qual Raimundo é o editor.

O novo jornal, que tem como razão social a "Edição S/A é uma tentativa de jornalismo independente, em que a redação tenha amplo poder de decisão. Nasceu de constantes atritos surgidos entre jornalistas e empresas, quando "a equipe passa a acreditar, com sucesso da publicação, que a publicação é dela, e não do dono. A equipe sai, e o dono fica". Assim aconteceu com a equipe que fazia "Realidade" para a Abril, assim aconteceu com a própria equipe de "Opinião" e Fernando Gasparina, o dono.

No "Opinião", a crise começou com a demissão de Raimundo Pereira, decisão tomada sem consulta prévia de redação. Esta se sentiu golpeada no direito de decidir dentro do jornal, o que resultou na decisão de se fazer "Movimento". Mas continuar com o "Opinião" também era importante, e ajudá-lo a "conservar princípios duramente conquistados". Assim, o que houve não foi a simples passagem da redação de "Opinião" para "Movimento", mas a "divisão em dois blocos coordenados, para fazer não uma, mas duas tarefas, em dois lugares diferentes, a segunda tão difícil quanto a primeira."

"Movimento" tem capital autorizado de 1 milhão de cruzeiros, obtido com a venda de ações. 51% das ações estão em mãos do Conselho de Redação do jornal, através de doação dos acionistas, atualmente em número de 200, dos quais 100 são jornalistas. A equipe, de 70 redatores, conta ainda com um Conselho Editorial formado por Orlando Villas-Boas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilio Borba Filho, Audílio Dantas e Alencar Furtado, e um Conselho de Redação, formado por doze pessoas que representam a Redação e os colaboradores. Provisoriamente, 51% das ações estão com o Conselho, mas pretende-se futuramente redistribuí-las entre o pessoal da redação, conseguindo-se assim que o jornal seja propriedade "realmente" dos que o fazem.

Experiência como as de "Movimento" já se tornaram comuns na Europa: o "Le Monde", criado em 1944, desde 1951, funciona com decisão e controle do jornal por parte da redação; no início,

eram de 28% o total de ações controladas pela Associação dos jornalistas, e em 1968 está passou a controlar 40% das ações ficando a direção com 11%. Desta forma, impossibilita-se o controle acionário do "Le Monde" por pessoas, grupos financeiros ou políticos. O sucesso alcançado por esta experiência levou a que hoje cerca de 40 jornais na França são controlados por corporações ou conselhos de redação. Na Alemanha, Itália, e mesmo nos Estados Unidos é crescente o número de jornais nos quais o poder de decisão não é monopolizado pelos donos da empresa.

No Brasil, a "Arte e Comunicação Editora" foi uma tentativa de se fazer uma empresa de jornalistas. Editou o "Bondinho", o "Jornalvivo", o "Grilo", movimentando cerca de 100 pessoas, nessas publicações. Foi de dois anos a existência da A&C, e seu fracasso comercial deu-se, na opinião de Raimundo Pereira, "por que a equipe que estava vivendo a experiência começou a julgá-la mais importante que o mundo que a rodeava". Além desta tentativa, há os casos do "O Pasquim", que existe há seis anos, e onde os redatores principais são os donos da empresa: Jaguar, Millor, Henfil, Ziraldo e Paulo Francis; de "Argumento" e "Debate e crítica", publicações de equipes de intelectuais, que são apenas depositários da razão jurídica da empresa, em nome da equipe.

O problema da publicidade, da qual

depende grande parte da receita dos grandes órgãos de imprensa no Brasil, leva a um condicionamento da política editorial, das publicações à opinião dos anunciantes. "Movimento" diz que aceita e deseja a publicidade, desde que não tenha que pagar por ela o preço do silêncio. Embora esta posição possa resultar em renunciar a alguns gastos e optar por papel mais barato, de qualidade inferior, ausência de fotos coloridas e outras vantagens que a publicidade oferece, Raimundo Pereira, acha que o aspecto de análise e cobertura dos fatos não se alteram, pelo contrário, até se beneficia em termos de independência política e econômica.

Quando ao aspecto dos salários do pessoal de "Movimento", é interessante notar que o mais baixo será de 2.000,00 enquanto o do editor, não chega a 5.600,00, o que sem dúvida representa algo novo em matéria de pagamento no meio jornalístico, onde geralmente se nota uma grande defasagem entre o salário de redatores e o do editor.

Demonstrando de início uma posição contrária à censura, "pois ela impede a denúncia das violações dos direitos humanos, em qualquer época que ocorram, incentiva a corrupção, a exploração econômica, a prepotência, e institucionaliza a impunidade, a equipe de "Movimento" declara conhecer o desgaste proporcionado por ela, a ameaça à sobrevivência de publicações que dependem grandemente dos leitores mas acrescenta que a necessidade de expressão é inerente ao indivíduo, e é impossível se manter indefinidamente a censura total; por outro lado "um jornal que não se propõe ir além de suas forças, que não pretende ser desonesto ou imprudente, não terá nesses fatores causa de sua destruição".

Os objetivos com que "Movimento" foi feito, e pelos quais vai às bancas, são os de um jornal voltado para a análise de aspectos da vida brasileira, nos planos políticos, social e econômico; divulgar a luta dos cidadãos brasileiros pelos ideais democráticos; melhoria de qualidade de vida populacional, e contra a exploração do país pelos interesses estrangeiros; divulgar os reais valores culturais e artísticos que surgem no cenário nacional.

Do futuro do "Movimento", Raimundo Pereira diz que "O movimento se demonstra andando"; resta portanto esperar que tenha continuidade, podendo representar uma saída válida para quem quer fazer jornalismo honesto no Brasil.



Raimundo Pereira na UnB; como se faz um jornal independente.

Luiz Carlos Machado
Orestino Amorim

Memória Cultural do Brasil será Preservada

Peterson Peñeira

O fato de que o Brasil segue o caminho de muitos países desenvolvidos e, com isso, já está vendo a acelerado processo de desenvolvimento econômico esmagar sua identidade cultural, levou o Ministério da Indústria e do Comércio, através da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), a assinar um convênio com a Fundação Cultural do Distrito Federal para a criação de um Centro Nacional de Referência Cultural, que, entre outras coisas, terá a finalidade de "salvar" (ou pelo menos proteger) a memória nacional e procurar estimular os "designers" à criação de desenhos industriais que possam ser identificados como brasileiros.

Esse convênio, assinado recentemente, cria um grupo de trabalho que, durante 12 meses, estará incumbido de delimitar as áreas sócio-históricas-culturais de atuação do Centro e será o responsável pela formulação de modelos de atuação adequados à pesquisa e ao levantamento dos índices culturais. O grupo de trabalho deverá ainda processar, interpretar e documentar esses índices, elaborar perfis e as recomendações de adequação sócio-culturais ao processo de desenvolvimento tecnológico e econômico do País, elaborar o projeto de implantação do Centro com relação aos aspectos jurídicos, institucionais, econômicos, além do cronograma de execução física e financeira.

A idéia do Centro Nacional de Referência Cultural é preservar os valores da formação cultural do País através da criação de uma "memória nacional", que será colocada a serviço de todos os setores. E Brasília surge como a cidade ideal para ser a sede do Centro, seja pela sua condição de capital administrativa, seja pela ausência total de tradições locais, já que, em outros Estados, as tradições existentes poderiam provocar interferências na execução do projeto.

Assim, Brasília será também o centro irradiador e

divulgador dos valores pesquisados pelo Centro. A idéia básica é fazer com que o Centro de Referência busque o conhecimento da realidade cultural do País, através de pesquisas sócio-econômico-culturais, tais como os hábitos, costumes, comportamentos, a maneira de tratar certos materiais, as tecnologias utilizadas em ciclos sociais determinados, etc. Com essa documentação, serão organizadas exposições temáticas periódicas que, depois de serem montadas em Brasília, serão levadas às principais cidades do País. Segundo o ministro Severo Gomes, em entrevista à revista Visão, "é imperativa, a esta altura, a vinculação do processo de desenvolvimento econômico às raízes da formação do processo de desenvolvimento econômico às raízes da formação cultural brasileira, sob pena de vir a descaracterizar-se o País, perdendo a personalidade própria".

Algumas experiências nesse sentido já foram feitas no ano passado, quando se realizou uma exposição móvel sobre os objetos fabricados pelos índios Kharás, que percorreu inúmeras cidades brasileiras. Também já foi feita uma pesquisa sobre "As Carrancas do Rio São Francisco" que, em colaboração com o Ministério da Marinha, será objeto de uma exposição monográfica a percorrer as capitais do Brasil. E já estão sendo programadas algumas exposições para o final de 1975, iniciando-se o ciclo com uma exposição sobre a formação racial e cultural do Brasil. A primeira exposição (ainda neste ano) será sobre o índio brasileiro de 1500. Nos próximos dois anos, o ciclo terá continuidade com uma exposição sobre Portugal da época do descobrimento e outra, em 1977, sobre a costa leste da África nos séculos XVII, XVIII e XIX. Mais duas exposições estão previstas também para 1975: uma sobre "Santos Dumont designer" e outra sobre "O tempo de D. Pedro II".

O Centro Nacional de Referência Cultural deverá ter sua sede construída na Esplanada dos Ministérios, entre a Catedral e a Estação Rodoviária. Ele deverá ser constituído por uma iconoteca, um biblioteca, um setor arquivológico, uma filмотeca, uma fonoteca e um Centro de Exposições e Pesquisas de Forma — uma espécie de museu que fugirá às concepções tradicionais de museus, na medida em que não se preocupará com a ampliação do acervo mas sim com a documentação. Esse Centro de Exposições e Pesquisa de Forma (que deverá

ser operado pela Universidade de Brasília) não será um museu para concorrer com outras instituições congêneres, pois ele se preocupará, essencialmente, com a documentação e não com o acúmulo de obras.

Com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, seus organizadores pretendem não apenas salvar a memória nacional, mas, e principalmente, atuar no sentido de impedir que o desenvolvimento tecnológico acelerado esmague a identidade cultural nacional, tal como está ocorrendo, atualmente, em muitos países industrializados, por exemplo o Japão. Preservar os valores culturais, principalmente nos setores em que esses valores estão ameaçados de rápido desaparecimento; vincular o processo de desenvolvimento econômico às raízes da formação cultural brasileira, sob pena de o País vir a perder sua personalidade própria com a descaracterização cultural; Esses são os objetivos do Centro Nacional de Referência Cultural.

Segundo Aloísio Magalhães (o mais famoso "designer" brasileiro e que está engajado no projeto) "o fenômeno da descaracterização cultural está se tornando cada vez mais grave, impulsionado pelo extraordinário avanço das comunicações, que vai proporcionando uma absorção não-crítica pelos povos mais atrasados, do comportamento dos povos mais desenvolvidos". E é exatamente isso o que o Centro Nacional de Referência Cultural pretende evitar.



A Morte Lenta do



Há em Sobradinho um grupo folclórico de bumba-meu-boi que está organizando. O enredo do auto da morte do boi está se materializando no grupo que o representa. A história alcançará o seu ponto alto na "Ressurreição do Boi". 36 operários de construção civil, vindos do nordeste e radicados em Brasília, compõem o grupo e estão desanimados. Este ano não apresentarão o espetáculo por falta de vestimentas e condições de ensaios.

O coordenador do grupo Teodoro maranhense de 55 anos, contínuo do Instituto de História e ensaiador nas horas vagas, encara a situação com pessimismo e acredita que a tendência é piorar cada vez mais. Lamenta que em Brasília não exista um Departamento Cultural destinado à manutenção dos Grupos folclóricos, principal causa da decadência do folclore no Distrito Federal, uma vez que os grupos não têm condições de subsistir por

si próprios. No seu grupo usam do sistema de cotas, divisões entre os próprios integrantes, entretanto agora, numa fase de reposição de material estes recursos são insuficientes, sendo necessário uma intervenção externa. Teodoro, lamentou ainda que, embora o grupo se encontre teoricamente em condições de promover a festa do Divino em Brasília, isto não foi feito por falta de recursos financeiros.

Questionado sobre o panorama nacional do folclore, Teodoro assim se manifestou: "Tá péssimo, e a situação é piorar cada vez mais. É preciso que promovam apresentações de grupos folclóricos. É necessário que as crianças vejam nas escolas e o povo veja na rua os nossos folgoes populares. De nada adianta produzir programas em rádios falando sobre folclore a exemplo do que faz o Projeto Minerva aos sábados, o que se deve fazer é explicar as coisas mostrando ao mesmo tempo. O povo

jamais entenderá um folgoe apenas ouvindo sua descrição, ele precisa ver para entender."

O bumba-meu-boi é uma das formas mais puras de espetáculo popular brasileiro. É uma forma aglutinada do Reizado, com uma temática social bem definida. Na apresentação as figuras mais importantes são a do próprio boi (uma armação coberta com tecido bordado em lantejoulas) e a do Mateus — pessoas que lida com o boi. Em seu desenvolvimento são ridicularizados representantes das camadas sociais "superiores" frente aos seus subordinados. Fica bem claro o caráter exploratório do "dono do boi" sobre o seu empregado — o boiadeiro.

É necessário que os grupos tenham liberdade de manifestação para que o seu caráter popular não seja diluído. A intervenção externa é necessária porém sem paternalismo, em excesso levaria os grupos a se prostituírem perdendo suas raízes.

Lúcia Farias

Bumba-Meu-Boi!

Carrossel: uma Experiência em Debate

Vanira da Silva

Vindo de três anos de experiência em vilas populares em Porto Alegre, o Carrossel da Cultura está em Brasília. Trabalhando para o Projeto Recom (Recreação, Educação e Comunicação), pertencente à Prefeitura de Porto Alegre, o Carrossel da Cultura visa suprir a carência cultural e de entretenimento nas vilas populares da cidade.

O teatro nas escolas de nível de primeiro e segundo grau tem sido uma preocupação das pessoas que trabalham na Secretaria de Educação e dos responsáveis pelas áreas das atividades artísticas. Dessa preocupação e necessidade surgiu a idéia de recriar em Brasília a experiência do Carrossel em Porto Alegre.

O Carrossel então foi contratado pela Fundação Educacional e, a fim de possibilitar a ampliação das apresentações do Teatro Amador, a Fundação Cultural, através da Fenata (Federação Nacional de Teatro Amador) abarcou a idéia e possibilita assim, a apresen-

tação dos grupos amadores nas cidades satélites. A Fundação Educacional utiliza o Carrossel durante as manhãs e tardes para promoção nas escolas e a Fundação Cultural dá uma ajuda de custo aos grupos que se apresentam. As administrações regionais das cidades satélites colaboram na energia elétrica e a Fenata faz a programação dos grupos de teatro.

As restrições que se fazem aos grupos que se apresentam no Carrossel é que eles são filiados à Fenata e que suas peças tenham censura livre. A maioria das peças vistas no Teatro das Segundas-Feiras já se apresentaram no carrossel. Todas as cidades satélites foram atingidas pelo Carrossel com exceção da Ceilândia. Segundo João Antônio (conselheiro da 7a. região da Fenata), a Ceilândia seria atingida através das apresentações feitas em Taguatinga Norte.

Quanto às apresentações das cidades satélites João Antônio afirmou que os resultados têm sido muito bons.

Funcionaram na medida de dinamizar os grupos e esses grupos têm inclusive sua estrutura a partir dessas apresentações. Muitos grupos se apresentaram uma só vez e cessaram suas atividades nas referidas cidades, a fim de fazer uma análise das reações dos espectadores, do próprio conteúdo de suas peças e da relação que havia desse conteúdo com o público, especta-

Para Dod do grupo Tanoo-ro, seu espetáculo Ave Estrangeira realmente não tinha nada a ver com o público do Gama ou de Sobradinho. Trata-se de um espetáculo feito por uma elite e imposto a uma realidade de distanciada da realidade dessa elite. "Impor poemas de Drummond, Bandeira, Cortázar, etc, a esse público é uma louca e distanciada pretensão. É preciso uma reformulação de conteúdo e um cuidado maior dos grupos para com essas apresentações nessas cidades satélites" afirmou.

Pode-se concluir dessas experiências que o movimento de teatro em Brasília através do Teatro das Segundas-Feiras e das apresentações do Carrossel tem possibilitado uma troca de experiências integral e tem levado esses mesmos grupos a pensar numa forma de se incorporar o teatro verdadeiro que tem — a meu ver — como objeto principal, o ser humano interagindo com seres humanos numa sociedade dinamizada por conflitos e emoções de toda ordem, e que esses conflitos e essas emoções sejam levadas pelo homem de teatro ao homem que vê teatro.

